

labor

Revista do Ministério Público do Trabalho • ano VI • nº 10 • 2019

ISSN 2317-2401

Aprendiz de sonhador

Formação de jovens para o mercado de trabalho

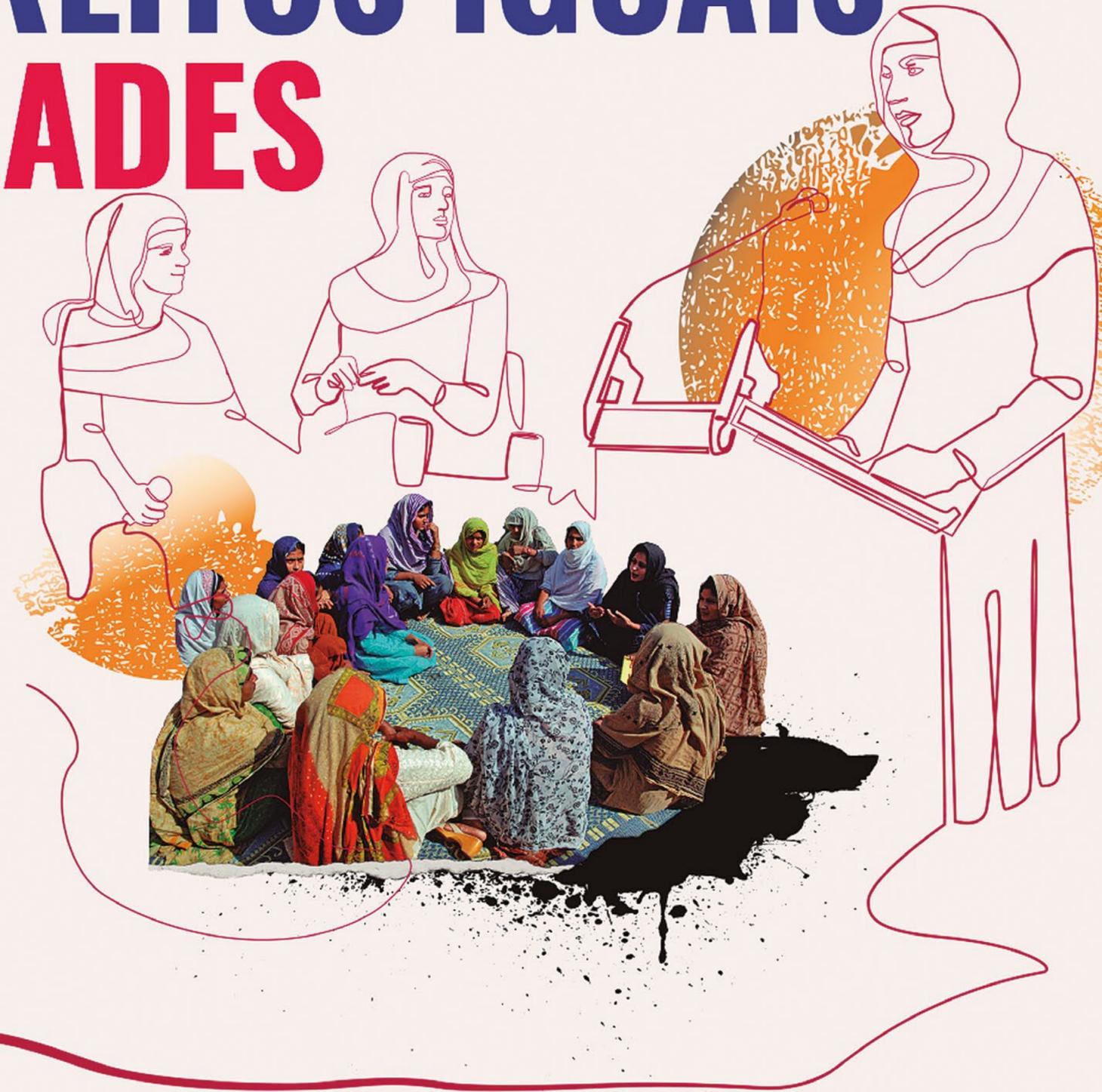


Pegada social



NÃO EXISTEM DIREITOS IGUAIS SEM OPORTUNIDADES IGUAIS.

A Organização Internacional do Trabalho celebra 100 anos de avanços de justiça social e promoção do trabalho decente. Descubra como a OIT trabalha em questões como igualdade de gênero: ilo.org/100



100
1919-2019
JUSTIÇA SOCIAL
TRABALHO DECENTE



O mundo do trabalho é para adultos

8



Apanhador de sonhos

14



Rotas alteradas

22



Os donos da história

32



Saúde a bordo

38



Na lama, o caos

44



Vocação de salvar vidas

50

Liberdade pede socorro

52



Diversidade põe a mesa

56



Esperança para quilombolas

62



Unidos da inclusão

68



O jeitinho brasileiro no futebol

72



Por empregos e salários na saúde

80



Labor
Revista do Ministério Público do Trabalho
ISSN 2317-2401

Ministério Público do Trabalho

Procurador-Geral do Trabalho
Ronaldo Curado Fleury

Vice-Procurador-Geral do Trabalho
Luiz Eduardo Guimarães Bojart

Chefe de Gabinete do Procurador-Geral do Trabalho
Rafael Dias Marques

Diretor-Geral
Leomar Daroncho

Labor foi produzida pela Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público do Trabalho

Jornalista responsável
Layrce Lima (MTb 2457)

Edição
Isabel Braga

Redação
Carolina Villaça, Fabíula Sousa, Isabel Braga, João Ebling, Juliana Castanha, Layrce de Lima, Liege Nogueira Labuto, Maria de Fátima Reis, Mariana Banja, Messias Carvalho, Nayara Xavier, Rafael Almeida, Rafael Braga, Rafael Passos, Rafael Maia, Rogério Brandão e Tâmil Costa

Revisão
Gráfica Movimento

Estagiárias de Jornalismo
Karla Silveira, Lorraine Paixão e Taciana Guimarães

Fotografia
Ademar Filho, Ascom-MPT/CE, Ascom-MPT/SE, Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, Divulgação: Escola de Gente, Isabel Braga, Juliana Castanho, Nayara Xavier, Messias Carvalho e Tâmil Costa

Capa
Cyrano Vital

Ilustrações
Cyrano Vital

Foto-montagem
Sâmela Lemos e Guilherme Monteiro

Infográficos
Álvaro Faria, Guilherme Monteiro, Sâmela Lemos e PRT10

Diagramação
Guilherme Monteiro e Sâmela Lemos

Circulação
Ana Carolina Ramos, Ana Paula Fayão, Elane Marques, Emanuely Ramos, Paulo Viana e Willian de Sousa

Administração
Kelma Barreto, Flávia Araújo e Raylene Pinheiro

Impressão
Gráfica Movimento

Tiragem
5 mil exemplares

Brasília, inverno de 2019

Redação
SAUN Quadra 5, Lote C, Torre A
CEP 70040-250 – Brasília, DF – (61) 3314-8233
layrce.lima@mpt.mp.br/isabel.braga@mpt.mp.br



O DNA da humanidade

A defesa dos direitos sociais está no DNA dos procuradores e servidores do Ministério Público do Trabalho. Corre em nosso sangue. Ela nos dá a visão de prevalência da humanidade nas relações sociais. E do trabalhador como um ser humano e não como uma simples máquina de gerar dinheiro... descartável.

Para além do dever de investigar, acusar e pedir condenação, atuações inerentes ao Ministério Público, os procuradores do Trabalho têm, cada vez mais, investido em ações sociais e preventivas, que permitem levar os direitos garantidos na Constituição onde há mais necessidade: comunidades carentes, população vulnerável, vítimas de discriminação que vivem à margem do mundo do trabalho.

São projetos desenvolvidos visando a recomposição dos bens lesados e a prevenção de novas lesões. Buscam devolver à sociedade a dignidade roubada pelas violações trabalhistas, de forma a compensar ou reparar os prejuízos causados, bem como prevenir novas irregularidades e capacitar pessoas vulneráveis para a inserção no mercado de trabalho.

A edição nº 10 da Revista Labor evidencia essa “pegada social” ou o rastro positivo que o Ministério Público do Trabalho vai deixando em todos os lugares pelos quais seus procuradores e servidores passam, em diferentes locais do Brasil. São histórias contadas por personagens que dividem sonhos parecidos: de encontrar uma profissão e alcançar a dignidade pelo trabalho.

Há reportagens que mostram iniciativas como o Projeto Recomeçar, que beneficia jovens entre 14 e 18 anos em situação de vulnerabilidade no Ceará; os projetos Para Além da Medida, no Espírito Santo; Medida de Aprendizagem, no Mato Grosso do Sul e Escrevendo e Reescrevendo Nossa História, no Pará, de capacitação e inserção no mercado de trabalho de adolescentes de baixa renda ou em conflito com a lei, que cumprem medidas socioeducativas.

A entrevista desta edição homenageia os 25 anos do Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, em conversa com a secretária executiva do FNPETI, Isa de Oliveira, que aborda a parceria fundamental entre o MPT e o Fórum na proteção dos direitos da criança e do adolescente.

Em outra reportagem, apresentamos o projeto Escola de Gente, do Rio de Janeiro, premiado pelas Nações Unidas na categoria “participação política” e considerado um dos mais inovadores no mundo. A escola forma agentes de acessibilidade, que capacitam jovens, com ou sem deficiência, para atuarem como promotores de práticas inclusivas em suas comunidades.

A décima edição da Labor também abre espaço para tratar do rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, em janeiro de 2019. Este caso mostra que, infelizmente, a tragédia ocorrida em Mariana (MG), há três anos, não serviu como lição a respeito do tratamento de resíduos de mineração e da proteção aos trabalhadores e moradores vizinhos de barragens. A lama e o minério desceram serra abaixo, matando ao menos 270 pessoas – transformando a cidade de Brumadinho (MG) no palco do maior “acidente” de trabalho do Brasil.

Esta edição ainda apresenta muitos exemplos da contribuição do MPT para reduzir desigualdades e promover a empregabilidade em um país com mais de 13 milhões de desempregados: o Diversidade na Cozinha, para a população LGBTI+, em Pernambuco; e o projeto Ubuntu, para a comunidade do Território Quilombola Grotão, em Filadélfia (TO), destinado à formação profissional e emancipação econômica e social de 19 famílias quilombolas.

Os primeiros voos do projeto Liberdade no Ar também estão na Labor. O objetivo é capacitar funcionários de companhias aéreas para reforçarem a rede de combate e prevenção contra o tráfico de pessoas e o trabalho escravo, no transporte aéreo de passageiros.

A “pegada social” é diretriz oficial do MPT. E ganhou reforço com a decisão recente do Conselho Superior de dar ênfase à nossa atuação por projetos que previnam a ocorrência de irregularidades e ilegalidades trabalhistas. A priorização da atuação por projetos conferirá mais efetividade ao nosso mister constitucional de garantir aos trabalhadores a plena cidadania e dignidade no que toca aos direitos sociais. É nossa palavra de ordem e nosso futuro. E você a verá claramente nas próximas páginas e em nossos próximos passos.

Boa leitura!

Ronaldo Curado Fleury
Procurador-geral do Trabalho

O mundo do trabalho é para adultos

FNPETI 25 anos: articulando atores sociais no combate ao trabalho infantil

POR LAYRCE LIMA E ISABEL BRAGA

f @mpt.br
 t @mpt_pgt
 i @mpttrabalho

Despretensiosa e suavemente, o combate ao trabalho infantil foi tomando conta da vida de Isa de Oliveira. Latente em sua existência desde a adolescência, a causa povoou experiências de vida. Primeiro na Universidade Federal de Goiás, onde cursou Ciências Sociais em plena ditadura militar. Depois, em cargos que ocupou em diversos governos e níveis da administração pública. Prevenir o trabalho infantil e incentivar a aprendizagem tornou-se, aos poucos, sua missão.

A Secretária Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), tem certeza de que o caminho escolhido valeu a pena. O governo do Distrito Federal, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) - onde trabalhou ao lado de outra apaixonada pela causa da criança, a assistente social Bernadete Bolívar - e a Cáritas Brasileira foram passos importantes nessa trilha.

"Tive a oportunidade de vir para o Fórum, onde estou há mais de 15 anos. O trabalho é desafiador e passou a ser a causa da minha vida", conta. "Eu realmente me identifiquei com a questão do trabalho infantil e vejo nisso um exercício de cidadania. Essa interlocução do Fórum é muito rica, muito gratificante", completa.

No início, o papel da secretária executiva era mais estratégico e não incluía falar pelo Fórum. Mas, a necessidade de posicionamento político do FNPETI e de articulação dos atores sociais

transformaram Isa de Oliveira em uma das principais porta-vozes do movimento de combate ao Trabalho Infantil no país.

Para ela, a causa do combate ao trabalho infantil tem uma força em si mesma, que permite que o Fórum continue a ser uma voz forte e respeitada na sociedade ao completar 25 anos de existência em 2019.

A avaliação da secretária executiva, é de que a força do Fórum vem tanto do aplauso às iniciativas mais inovadoras e eficientes, quanto da autonomia para mostrar o que não está funcionando e precisa ser aperfeiçoado. "O controle social é feito pelas entidades que têm independência em relação ao governo. Você pode aplaudir o governo, mas você tem que ter autonomia para dizer: isso não está legal, isso eu não apoio", reforça.

Presente nos diversos Estados, o FNPETI também é forte regionalmente, apesar das dificuldades financeiras. "Os fóruns são movimentos muito ricos e permitem debates importantes sobre a causa; uma construção de uma vivência muito interessante e que está dentro do princípio do Estado Democrático de Direito: você ter vozes que constroem propostas de implementação daquilo que pode favorecer a construção de um país mais justo, de um desenvolvimento sustentável", sustenta a secretária executiva. "Não existe desenvolvimento sustentável só no campo econômico, ele tem que ser também social, inclusivo", defende Isa de Oliveira.



Em 2019 o FNPETI completa 25 anos. Conte-nos um pouco dessa história.

O Fórum foi criado a partir de uma convocação à sociedade brasileira feita pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Unicef. No dia 29 de novembro de 1994 o Fórum foi instalado. Dentro de um processo de redemocratização do país e de um movimento muito forte, que pautou essa nova concepção de infância e adolescência. E que motivou, na época, o governo a aderir ao IPEC - o programa internacional para eliminação do trabalho infantil da OIT. O Brasil foi um dos quatro primeiros países do mundo que acolheram o IPEC, em 1992, criando ambiente para a instalação do Fórum. O Fórum surge como espaço que tinha como objetivo mobilizar os diversos segmentos da sociedade.

Com uma gestão compartilhada?

Como a OIT, que este ano celebra seus 100 anos, o Fórum tem composição tripartite: governo, entidades de trabalhadores e entidades de empregadores. Mas o próprio Fórum traz em seu embrião uma abertura para a participação de outros segmentos, para além destes, como o MPT, a Anamatra, que é a associação dos magistrados trabalhistas, a Fundação Abrinq, que tornam esse espaço maior que um tripartismo. É um quadripartismo. E hoje ele se ampliou ainda mais, é o que chamamos de quadripartismo ampliado. Um espaço de debate sobre como enfrentar o trabalho infantil, como retirar a criança do trabalho, como proteger



as famílias. E ele, então, lidera a definição de algumas estratégicas conhecidas como PAI - Programa de Ações Integradas. Este programa foi executado pela primeira vez nas carvoarias e na produção de mate, no Mato Grosso do Sul, em 1995. Com essa articulação - por intermédio do Fórum - com o governo federal, o governo estadual e com o governo do município, se fez a primeira intervenção no Brasil para a retirada de crianças do trabalho infantil.

Foi a primeira semente do Fórum germinando...

É importantíssima, porque já se entendia que a estratégia era identificar a criança, incluir a criança na escola, se ela estivesse fora, ou mantê-la na escola. Ofertar atividades no contraturno escolar e buscar proteção social à família. Foram as dimensões adotadas em 1996 pelo governo federal ao instituir o programa nacional de erradicação do trabalho infantil, o PETI.

Esse exemplo veio de fora, essas diretrizes, nesta primeira ação?

Não. Foi uma ação construída no Fórum. Claro que outras ações precederam isso. A inspeção do trabalho, a auditoria fiscal do



trabalho já vinha fazendo algumas ações. O que me encanta no Fórum é exatamente esse protagonismo que ele tem desde o seu início, buscando estratégias que poderiam acontecer no âmbito do governo, mas elas seriam mais demoradas. Em vez disso, articula esses segmentos vivos da sociedade. Até o Movimento Empresarial de Base na época do Emerson Kapaz integrou o Fórum. A OAB e a CUT também.

O Fórum tinha recursos próprios para essa ação, retirar as crianças das carvoarias?

Não, o Fórum nunca financiou nada. Ao longo do tempo ele foi buscando construir uma identidade muito mais de articulação e incidência política, mais de controle social, do que de execução. Nós não somos executores. E a gente entende muito bem o seguinte: política pública é de responsabilidade e competência do governo, em qualquer uma das três instâncias. E ela é a única possibilidade de universalização. Os recursos de organizações não governamentais (ONGs) são limitados.



Temos experiências muito positivas, que inspiraram políticas públicas, mas que conseguem atender 200 crianças aqui, 100 adolescentes ali. Então, é preciso que se tenha essa clareza e fazer uma defesa forte de que as políticas públicas sejam eficazes e de qualidade, porque só elas universalizam garantias de direitos. O Fórum contribuiu neste sentido.

De onde vieram os recursos para esses primeiros projetos?

Nessa época (em 2002) as ações do Fórum eram custeadas pela OIT e Unicef. Ele foi se constituindo e boa parte dos recursos aplicados em projetos, como o da região sisaleira, eram doações que a OIT e Unicef recebiam da Alemanha, Países Baixos, do Departamento de Estado dos EUA e do Brasil. Assim foram se construindo aqui uma série de estratégias que se tornaram referências no mundo.

No âmbito do Fórum?

Se o Fórum não liderou, ele pelo menos participou de todas as iniciativas adotadas pelo Brasil para discutir a questão do trabalho infantil, para propor estratégias. E sempre buscando um consenso. O Fórum não faz votação, ele busca sempre o consenso. E consenso entre segmentos que, às vezes - em situações distintas e fora desse espaço - conflitam: como empregadores e trabalhadores, governo e sociedade civil. Ele consegue ser esse espaço que harmoniza em função do compromisso com a causa. E o Fórum foi, ao longo do tempo, entendendo que prevenir e erradicar o trabalho infantil, bem como proteger a criança e o adolescente, tem que se dar dentro do cumprimento pleno de uma legislação que está referendada pelo artigo 227 da Constituição Federal: o Estado brasileiro, a sociedade e as famílias devem buscar a proteção às crianças e adolescentes como prioridade absoluta.

Criando uma estratégia...

A gente define no Fórum que o trabalho infantil é uma violação dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes. Então, as estratégias consideram que a população infanto-juvenil tem assegurada pela Constituição brasileira essa proteção. Isso é muito importante porque vai, de certa forma, dando um cenário maior e que insere o Fórum em vários movimentos. Por exemplo, o movimento pela defesa do Plano Nacional de Educação. Quando o Fórum estabelece as suas primeiras diretrizes para o enfrentamento ao trabalho infantil, essas construções sempre buscaram uma interlocução com o estado a nível regional, para chegar também no nacional. É um processo de construção coletiva e extremamente participativo. Isso se deu mais nos anos 2000, já com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) em vigor.

E o PETI?

Em 1996 foi institucionalizado o PETI, que é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Na época ele foi constituído no âmbito da Secretaria Nacional de Assistência Social. Ele

tem um papel importante e vai, ao longo do tempo, crescendo. Começa em algumas localidades, como Campos dos Goitacazes (RJ), em Sergipe e na Bahia. Para esses programas localizados, o exemplo bem emblemático é na região sisaleira da Bahia que a OIT apoiou tecnicamente e financeiramente. Buscava parcerias com entidades, com atores locais, neste sentido. Só que, de fato, o PETI se amplia como uma ação do estado. Consistia na transferência de renda ao município, para a concessão da bolsa. A bolsa era concedida às famílias com o compromisso de retirar as crianças do trabalho infantil, a inclusão na escola, a oferta dos trabalhos complementares de escola. Chamava-se jornada ampliada. Atualmente, esses serviços são prestados pela assistência social e se chama Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Como se deu a virada em termos de financiamento das ações do FNPETI?

Como os recursos não vêm mais da OIT, Unicef, vários procuradores levantaram um questionamento: por que não destinar recursos que decorrem do não cumprimento, de TACs? Em vez de ir para o FAT, a gente destina esses recursos ao INPETI. E assim foi feito.

O Fórum mobiliza diversos atores sociais. Nesses 25 anos, o que você pode elencar como as principais vitórias do Fórum?

Num primeiro momento havia uma coisa muito grave. Crianças vivendo nas ruas tinham que ser recolhidas! Era a compreensão, naturalizada, de uma higienização. Essas crianças eram tidas como perigosas. Elas tinham que ser recolhidas. Então, o Fórum teve um papel muito importante, primeiro em demonstrar uma estratégia que permite interferir para evitar o trabalho infantil. Esse programa (PETI) é o que vai orientar os programas sociais, tanto o Bolsa Família, quanto o Criança Cidadã e o Bolsa Escola. Esse é um grande mérito do Fórum. Depois é ter uma articulação, que é por adesão, que não tem obrigatoriedade institucional e que cria um espaço de debate horizontal. É impressionante você ter no Fórum um ministro atuando lado a lado com você. No Fórum nós somos iguais. Iguais no compromisso com essa causa. Isso é muito legal. Isso é um ganho, de mostrar um caminho que mobiliza, que articula e que contribui.

Que consegue falar de igual para igual, não intimidada...

É exatamente isso. Acho isso singular, não vejo isso na maioria dos espaços. Então, aqui senta representante da CNI, representante do TST, do MPT, da OIT... Vêm os representantes de todos os estados, dos mais diferentes matizes, com índices diferentes de escolaridade. Essa estratégia é uma estratégia que frutificou neste sentido. Você manter uma instituição como esta, por 25 anos, não é uma coisa fácil. E o Fórum está conseguindo manter essa regularidade, mesmo nos momentos mais fortes de crise. Por exemplo, nós fizemos uma plenária este ano, reunimos umas 80 pessoas.

E estamos vendo outros movimentos em que esse apoio é muito difícil. O Fórum construiu ao longo desse período uma voz própria, ele é uma voz autônoma. Nós sentamos para conversar, por exemplo, com o IBGE, com o governo e a gente manifesta nossa posição. Eu fico tranquila. Às vezes é uma situação de embate, mas eu fico tranquila porque o que move a gente é esse compromisso de defender o interesse maior da criança e o dos adolescentes. Isso é que legitima.

Você pode contar momentos marcantes da atuação do FNPETI?

Em 2004, o Fórum celebraria 10 anos. Numa plenária, em maio, decidimos que a partir do mês de junho iríamos fazer uma caravana nacional. Não tínhamos recursos. Decidimos liderar um processo e percorrer todos os estados brasileiros, buscar uma interlocução com os governadores, para a assinatura de um termo de compromisso. Uma equipe pequena do Fórum foi a Santa Catarina, no dia 18 de junho. Chegamos lá e fomos falar com o governador Luís Henrique, já falecido. Lá em Santa Catarina, o MPT e a secretaria de Assistência Social organizaram a participação de um grupo de crianças e adolescentes que foram para essa audiência com o governador. Quando chegamos lá, me deu um estalo: a interlocução tem que ser das crianças e dos adolescentes! Mudamos o rumo das coisas e o governador se encantou.

Vocês deram voz às crianças...

Sim, para elas contarem. Não era uma experiência muito presente naquela época. Imagina levar criança e adolescente para falar para o governador! O cata-vento foi adotado como símbolo da ação. O que caracterizava essa caravana era a passagem do cata-vento das crianças de um estado para outro. E aí fomos fazendo o mesmo em todos os estados. Foi uma primeira mobilização com alguma singularidade, foram de fato as crianças que falaram com todos os governadores. Encerramos no dia 13 de dezembro, no Palácio do Planalto, o Lula nos recebeu.

Como foi esse encontro com o presidente da República?

A gente trouxe 162 crianças representantes de todos os estados. Veio um casal lindo de Roraima, duas crianças indígenas, e da Bahia veio o único representante na área rural chamado Cosme. O que o Cosme fez? Antes da ida ao Planalto, fizemos um encontro grande com as crianças, elas fizeram uma carta para entregar ao Lula. Os mais jovens, que tinham nove anos, leram a carta. E o Cosme, que tinha 11 anos, foi designado para falar com o presidente. Até hoje a gente não sabe se o pessoal da Bahia preparou ou se partiu dele mesmo, o que ele fez. Ele foi lá pegou o microfone e cantou um aboio de improviso. Não teve quem não chorasse, foi lindo: "Senhor presidente, o senhor se lembra quando era criança e trabalhava, o tanto que era ruim?" Imagina, uma criança lá da região sisaleira, que

tinha sido retirada do trabalho infantil, o avô dele tinha perdido o punho, o antebraço na máquina do sisal, uma máquina perigosíssima.

Vocês perceberam frutos dessa mobilização?

Conseguimos que o tema fosse ouvido pelos governadores, deu muita mídia em todos os estados. E o que resultou de frutos: os fóruns estaduais passaram a ter uma interlocução e ainda hoje têm. Com altos e baixos, mas ainda têm. Interferindo em decisões nas assembleias legislativas.

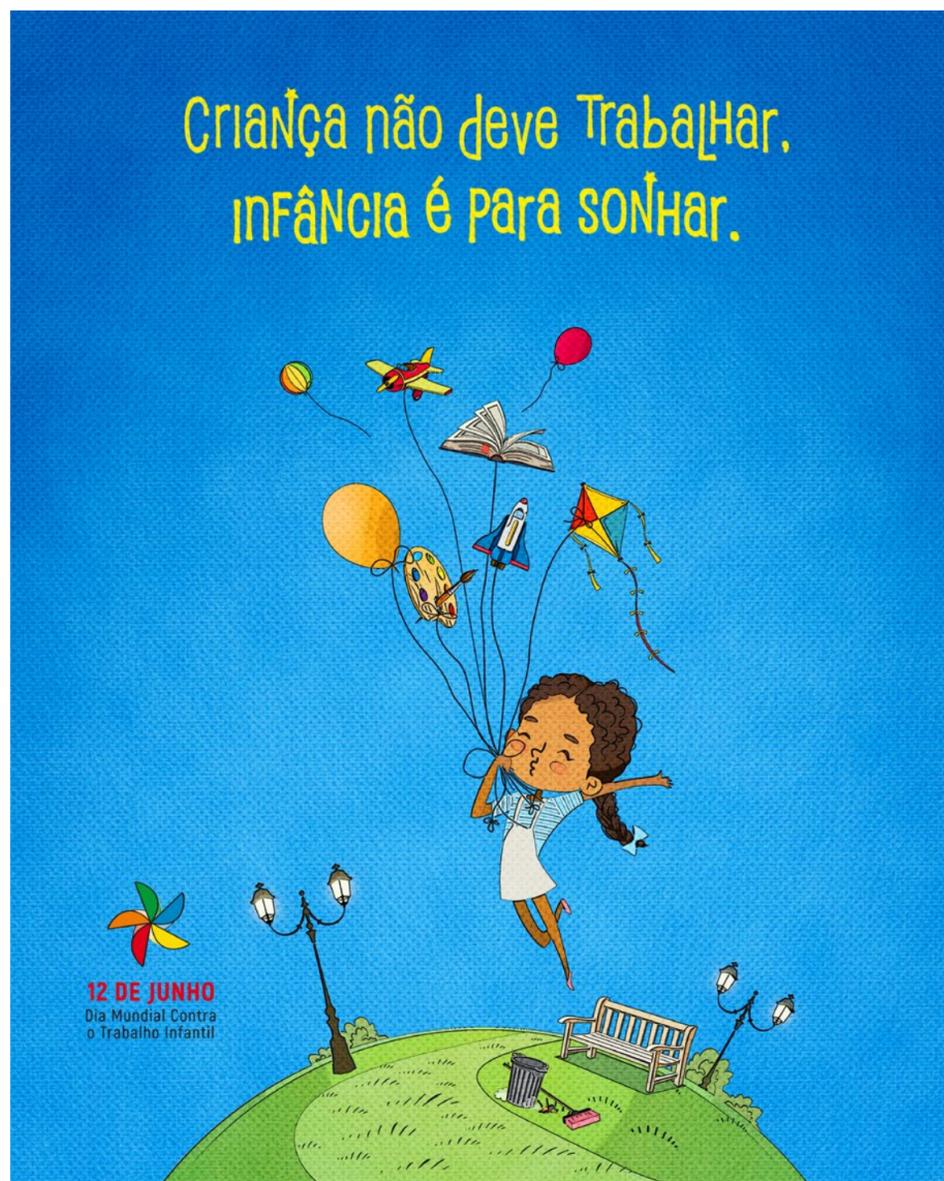
E, quatro anos depois, foi aprovado o decreto das piores formas de trabalho infantil.

Aí a gente voltou lá no Palácio do Planalto! Outro papel positivo do Fórum foi na ratificação das convenções internacionais da OIT no Brasil. O Fórum teve papel decisivo, dentro de um processo de mobilizações regionais e nacional, até levar à ratificação. Também nas mobilizações para a elaboração da lista das piores formas de trabalho infantil, na assinatura.

A gente já está na terceira versão do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. As diretrizes do Plano são as mesmas que o Fórum construiu nos anos 2000. O Fórum também participa da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaete). Esta é uma comissão consultora, mas teve a responsabilidade de elaborar tanto o plano quanto a lista das piores formas (de trabalho infantil), além de analisar a adequação da legislação para o cumprimento das convenções da OIT. Se não houver o cumprimento, o Brasil pode ser denunciado. É uma instância que existe em todos os países da América Latina

Como é a relação do FNPETI com o novo governo?

Não temos ainda, como Fórum, interlocução com nenhuma instância do governo federal, com exceção da instância técnica do Ministério da Cidadania, que gerencia ações de erradicação e combate ao trabalho infantil. E a instância do Ministério da Economia que faz a inspeção do trabalho, que sempre foram parceiros. A fiscalização teve participação decisiva para a redução do trabalho infantil, juntamente com o Ministério Público do Trabalho, que ao receber qualquer denúncia, atua. Desde a criação da Coordinfância em



Conheça a campanha 12 de junho
Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil:
www.fnpeti.org.br/12dejunho

Apoio:
qu4tro

Realização:
MPT
FNPETI

2000 é extremamente importante. Pelo respeito, pela credibilidade que a sociedade tem pelo MPT. O MPT assumir a liderança, junto com a inspeção do trabalho, do Ministério da Economia, nessas ações de fiscalização, de cobrar das instâncias municipais as políticas públicas é extremamente importante. Fez e faz um diferencial muito importante.

Há risco de retrocesso? Há quem defenda que é melhor a criança estar trabalhando do que envolvida com drogas ou com o crime....

Sem dúvida, essa justificativa encontra muito eco. Por que você tem uma sociedade bastante elitizada que pensa: o que é bom para os meus filhos não precisa ser bom para os filhos de todos. Eu tenho esse direito, ou porque estudei muito, fiz um concurso ou porque tenho uma herança. Essas coisas podem não ser sistematizadas e explícitas, mas movem a decisão das pessoas e a compreensão que elas têm da realidade e da justificativa para as coisas.

Acho que há um risco de retrocesso sim. Por enquanto o Congresso está envolvido com essas reformas todas. Mas a redução da idade mínima, da idade penal...

Dos adolescentes que a gente ouve que estão no tráfico de drogas - uma escuta amostral, pequena - mas, a grande maioria quer sair. A grande maioria entrou pelo seguinte: era um adolescente pai, ou filho: "meu pai está doente, fui a postos de saúde e não consegui nada"... é o caminho, naquele momento, da sobrevivência. Agora, eles querem sair e ter um trabalho descente, digno, querem ter condições de sobrevivência.

E não tem nenhum estudo, nenhuma pesquisa, que revele que a inserção precoce no mercado de trabalho leva a um futuro promissor. Você tem exceções, já tivemos um presidente da República, um presidente do TST, doutor João Dalazen, que foi do trabalho infantil, são exceções. A grande e expressiva maioria resulta na reprodução da pobreza. Pode estar até na escola, mas não aprende na idade certa, não conclui. Então, não tem o ponto de partida para você buscar uma profissionalização, uma inserção no mercado. E fora do mercado, o que resta? O crime organizado, a exploração sexual, o roubo, o assalto.

Então é preciso mostrar que esse raciocínio de ter que trabalhar para não cair na violência é um equívoco?

Isso. Mostrar que não funciona. Uma pesquisa mais recente do Observatório de Favelas da Maré mostra que a maioria expressiva dos jovens que

chegaram ao tráfico já tinha experimentado situações precárias de trabalho. Ele tentou antes e não conseguiu porque não tem escolaridade, não consegue um trabalho normal.

Ou seja, oferecer trabalho não tira a criança da violência?

Onde estão trabalhando as crianças? Nas atividades mais precárias e degradantes. Trabalho na rua é um trabalho legal? Não é. As pessoas ficam expostas às intempéries, a ser espancados. Criança então... Uma criança que fica ali na rodoviária para vender, a pessoa que alícia exige uma cota, se ela não conseguiu levar o dinheiro, o que ela faz? Furta. Sabe, é a sobrevivência que se coloca. E é uma negação tão grande de oportunidades, que esses parâmetros que defendemos de dignidade, de honestidade, eles se rompem. Dignidade para passar fome? Dignidade para chegar em casa sem dinheiro e ser espancado? É uma coisa muito séria.

Agora, o Ministério da Saúde, de 2003/2004 para cá, adotou uma política pública, de saúde, com Cerest assumindo a questão do trabalho infantil. Fazem um trabalho sério de convencimento e procuram levar, dentro da estrutura do SUS, a sensibilização para que todos os profissionais, ao atender uma criança e adolescente, olhem aquela criança. Ela perdeu o punho, está com enfisema, distúrbios neurológicos? Isso surgiu de onde? Para identificar se são situações de trabalho infantil. Isso é muito importante. Os dados da saúde tem sido um argumento forte para mostrar às famílias

O mundo do trabalho é um mundo para adultos, não é um mundo para crianças. A criança precisa brincar, precisa estudar, ter motivações, ela precisa ter o direito de ser criança, criar, inventar, representar. Os educadores têm argumentos, estudo para isso tudo. Na infância e na adolescência é o momento em que o ser humano constrói a sua identidade e a sua autonomia. Se você nega isso, mutilou. Infância e adolescência não se repõem. Não há essa possibilidade.

Quais são as parcerias entre o FNPETI e o MPT?

O MPT apoia os projetos do Fórum. Anualmente fazemos um plano de trabalho bem operativo. Fizemos parcerias com o MPT para discutir a questão do trabalho artístico infantil, foi um projeto do MPT com o Fórum que levou esse primeiro debate no Rio. Agora estamos procurando ver na área do esporte, depois da tragédia do Ninho do Urubu, o que fazer. É um projeto permanente com o MPT o acompanhamento dos projetos de lei que tramitam no Senado e na Câmara. Esse próprio

projeto da Caravana em 2004, o MPT liderou em vários momentos. Essa incidência política no Congresso é muito importante.

Esse projeto com o MPT é extremamente relevante, para que possamos resistir ao retrocesso social: seja a redução da idade mínima para o trabalho, sejam medidas que podem flexibilizar o trabalho infantil, retirando autorização de instância competente, para transferir para pai e mãe. A gente sabe que muitas vezes, em esportes e no trabalho artístico, a família é a mais interessada, vê nisso dividendos que podem mudar a vida da família.

Não é muito diferente de um pai que coloca o filho para vender balinha no sinal...

Não é. Na essência, é a família que não tem a compreensão e não assume a responsabilidade de proteção. Está definido que é o Estado quem deve proteger, mas é também a família. Por outro lado, temos muito cuidado. Porque sobretudo as famílias com mais baixa escolaridade, que vivem de forma mais precária, elas têm que ser protegidas porque não têm condições, em termos de compreensão e de vivência objetiva, para fazer essa proteção. Entendem que todo mundo tem que estar envolvido no trabalho e no sustento da família.

De um modo geral, os políticos brasileiros não assumem compromissos com as crianças, mas quando são candidatos, não há nenhum que não beija criança, que não bota a criança no colo e não tem na criança um estandarte da sua campanha. Balançar criança é uma coisa maravilhosa, mas isso tem consequência. Para ela continuar a ser maravilhosa e ser um adulto cidadão, ela tem que ser protegida, eu não tenho que antecipar violências, eu tenho que impedir a realização de violências contra elas.

É isso que me dá esse gás. Temos que ter portavozes. E o MPT é um porta-voz importante dessa proteção à criança. O projeto MPT na Escola, por exemplo, tem todo o apoio do Fórum Nacional, é uma coisa que a gente abraça. A campanha do 12 de junho é uma campanha que construímos juntos. Esse ano a participação da Coordinfância foi decisiva. Há uma identidade de princípios muito grande entre o MPT e o Fórum Nacional. Em todos os espaços que a gente participa, nos unimos para confrontar situações muito difíceis. Isso foi muito claro na elaboração da lista das piores formas de trabalho infantil. O MPT é fundamental porque leva os argumentos, tem autoridade, tem respeito. Essa aliança Fórum-MPT é muito importante. ☒

Apanhador de sonhos

Programas formam jovens aprendizes para o mercado de trabalho

POR CAROLINA VILLAÇA E MARIA DE FÁTIMA REIS

 @mptsantacatarina
 @mptsc
 @mptsc

Em Fortaleza, capital cearense, Gisamilly Inácio Viana, de 16 anos, acorda às cinco e meia da manhã, apronta o almoço, arruma a mochila da escola e sai de casa umas 6h40.

Pega o ônibus para chegar ao escritório onde é contratada como aprendiz por volta das 7h40. O expediente começa às

8h e vai até meio-dia, quando ela segue para o colégio onde cursa o segundo ano do ensino médio. Leva consigo sonhos muito bem traçados para o futuro: terminar os estudos, fazer medicina, passar num concurso da polícia e se especializar como perita criminal.



"Sou de uma família bem humilde, moro só com minha mãe, que sustenta a casa, e meu avô, que é dependente de bebida. Sempre quis ajudar em casa e dar uma vida melhor para minha mãe", conta Gisamilly, que chegou a trabalhar como babá durante seis meses, ganhando R\$ 100 de quinze em quinze dias, antes de conhecer a aprendizagem.

Ela é uma entre os 60 adolescentes atendidos pelo Projeto Recomeçar, iniciativa do Instituto Brasileiro Pró-Educação, Trabalho e Desenvolvimento (ISBET) em parceria com o Ministério Público do Trabalho no Ceará (MPT-CE), que beneficia pessoas entre 14 e 18 anos, em situação de vulnerabilidade social, em cumprimento de medidas socioeducativas ou vítimas do trabalho infantil.

Esforçada nos estudos, Gisamilly nunca ficou de recuperação ou repetiu de ano. Procurava dar o máximo de si porque queria dar orgulho para sua mãe. Mas, ao procurar emprego, não conseguia ser chamada para nada. Foi quando uma pessoa da comunidade onde a estudante reside a inscreveu no programa Primeiro Passo.

Em fevereiro de 2019, ela foi chamada e começou a frequentar o curso Recomeçar, com duração de três a quatro meses, que capacita os adolescentes para a aprendizagem e para o mercado de trabalho com aulas de informática, elaboração de currículo, entrevista de emprego, postura profissional, cidadania e ética, marketing e planejamento pessoal.

Durante o curso, apareceu a oportunidade de ser contratada como aprendiz. Gisamilly foi fazer a entrevista e, apesar de ter dado tudo de si, achava que não teria chances, porque acreditava que outras pessoas teriam se saído melhor que ela. Mas logo recebeu a notícia de que tinha conseguido a vaga.

"Estava na escola quando me ligaram. Fiquei tão feliz que nem acreditava. Chegando em casa, agradei à minha mãe, porque ela nunca deixou de acreditar em mim, sempre me motivava em tudo. Agarrei minha mãe e disse: pronto, eu agora vou poder lhe ajudar", lembra a aprendiz, emocionada.

Hoje a adolescente atua junto ao setor de Recursos Humanos da empresa Signus Construções e Assessoria Técnica, de Fortaleza, que a contratou como aprendiz. Recebe uma

bolsa mensal de meio salário mínimo e outro tesouro: conhecimento.

Ela considera que a prática da aprendizagem será muito importante para seu currículo. "Vai me dar experiência, maturidade, vou aprender a me comportar nos lugares, e até na escola. Como diz minha mãe: o futuro que a gente tem depende dos estudos, porque uma coisa que ninguém pode tirar é a sabedoria da gente", conclui Gisamilly.

Francisco Bruno dos Santos Martins de Moraes, de 18 anos, foi outro jovem que, antes mesmo de terminar o curso, conquistou uma vaga como aprendiz. A mãe do Bruno, dona Francisca, conta como foi a jornada até essa conquista. Ela conseguiu inserir o adolescente no projeto Recomeçar, por meio de uma conselheira tutelar, que a encaminhou para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que realiza a triagem para participação no curso.

Dona Francisca disse que, após duas reuniões, uma delas incluindo os familiares, o estudante foi chamado a fazer o curso, por meio do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. "Com uns dias (que estava fazendo o curso), ele recebeu a primeira carta e foi fazer a primeira entrevista de emprego, mas não deu certo, não chamaram ele. Na segunda entrevista, ele conseguiu, com a graça de Deus", comemora.

Em vídeo gravado por ocasião da formatura do Bruno no curso do projeto Recomeçar, no MPT em Fortaleza, o jovem mandou um recado para quem ainda busca uma vaga na aprendizagem: "Jamais desistam de seus objetivos, das suas metas, do que vocês possam construir, junto com seus familiares e seus amigos, propostas para crescerem na vida. E que vocês possam conquistar tudo que precisam, com o esforço de vocês".

Para o procurador do MPT e coordenador geral do Programa de Educação contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Peteca), Antonio de Oliveira Lima, o projeto é uma semente lançada em terreno fértil. "Essa iniciativa irá produzir muitos frutos, tanto nas vidas dos adolescentes participantes, quanto dos que serão beneficiados com ações similares, a partir dessa boa prática", reforça.



Foto: Juliana Castanha

Sementes em terreno fértil

Assim como no projeto Recomeçar, no Ceará, o Ministério Público do Trabalho está envolvido com iniciativas semelhantes em outras unidades da federação, desenvolvidas a partir do eixo "Aprendizagem", do projeto estratégico "Resgate a Infância", da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente (Coordinfância).

"Com valores decorrentes de multas trabalhistas ou indenizações por danos morais coletivos, resultantes das ações ou de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), o MPT realiza diversos projetos para promover e estimular a aprendizagem, que ainda é um dos melhores instrumentos de combate ao trabalho infantil, com potencial para transformar vidas", destaca a procuradora Patrícia Sanfelici, que é coordenadora nacional da Coordinfância.

Não por acaso, a aprendizagem tem sido usada como instrumento de transformação de adolescentes que se encontram em acolhimento institucional e em cumprimento de medida socioeducativa. "Uma oportunidade como essa pode mudar a trajetória tradicional de jovens e adolescentes em conflito com a lei, explorados em atividades ilícitas como o tráfico de drogas, que está entre as piores formas de trabalho infantil", afirma Sanfelici.

Rio de Janeiro, Distrito Federal, Pará, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul estão entre os estados que possuem projetos de aprendizagem voltados para o sistema socioeducativo, desenvolvidos com a participação do MPT. "Essas não são todas as iniciativas existentes, já que há algumas incipientes ainda, como no

Tocantins, em que o projeto está começando", conta a procuradora.

No Rio Grande do Sul, a iniciativa foi viabilizada por meio de termo de cooperação técnica firmado pelo MPT com o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e a Organização Internacional do Trabalho. O projeto foi inclusive reconhecido pelo Conselho Nacional do Ministério Público, e obteve segundo lugar no Prêmio CNMP 2018, na categoria "Unidade e Eficiência da Atuação Institucional e Operacional".

Com essa parceria, que acontece desde 2017, o MPT destina recursos obtidos por meio da atuação institucional, com a devida fiscalização da utilização da verba pelo MP do RS, proporcionando a adolescentes em acolhimento institucional: cursos técnicos de curta duração; oficinas de poesia e contação de histórias; atendimento psiquiátrico e psicológico; oferta de bolsas de graduação em reconhecidas universidades locais, entre outras oportunidades de inserção na aprendizagem.

"Houve o resgate da cidadania e da autoestima dos adolescentes atendidos pelo programa, cerca de 120 até o momento, que se encontram hoje mais preparados para o momento de saída do acolhimento institucional e ingresso na vida adulta e no mercado de trabalho", explica Sanfelici.

Recentemente, a Fundação responsável pelo Sistema Socioeducativo no Estado do RS (FASE) identificou uma diminuição de 70% no índice de reincidência na prática de delitos por aqueles adolescentes que passam pela aprendizagem profissional. "Ou seja, a aprendizagem também tem colaborado para a diminuição da criminalidade", conclui a procuradora.

Mais de 130 mil aprendizes inseridos em 2018

Em 2018, o Brasil contratou 444.189 aprendizes, um crescimento de 15% em relação a 2017. Detalhe: a inserção de 131.754 (30%) deles só foi possível em razão das ações fiscais das Superintendências Regionais do Trabalho em mais de 55 mil empresas, para cobrar o cumprimento da cota legal de aprendizagem. Os dados são da Secretaria de Inspeção do Trabalho e estão disponíveis no portal: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>

O MPT também atua na luta pelo cumprimento da cota legal e na defesa

dos direitos trabalhistas garantidos na aprendizagem. De 2014 até março de 2019, foram 1.460 ações ajuizadas e 2.746 termos de ajustamento de conduta (TACs) firmados envolvendo o tema aprendizagem.

Empresas com 100 ou mais empregados estão obrigadas a reservar entre 5% e 15% do seu quadro para contratação de aprendizes, que devem ter de 14 a 24 anos, exceto no caso das pessoas com deficiência, que não possuem esse limite de idade.

Temos vagas

O Brasil possui mais de 510 mil vagas que deveriam ser destinadas à aprendizagem, nas empresas, de acordo com o Boletim de Aprendizagem Profissional da Secretaria de Políticas Públicas para o Emprego.

Apesar de ter crescido a contratação de aprendizes, o déficit ainda é de 53,48% do total das 954.823 potenciais vagas estimadas pela secretaria. É o que mostra o quadro que traz a quantidade de aprendizes admitidos, de janeiro a dezembro de 2018.

Para mudar essa realidade, o MPT, juntamente com a Justiça do Trabalho e as Superintendências Regionais do Trabalho, promove anualmente a Semana Nacional da Aprendizagem, com o objetivo de conscientizar empregadores quanto à responsabilidade social que possuem e sobre a importância da aprendizagem no combate ao trabalho infantil.

De 13 a 17 de agosto de 2018 foi realizada a 3ª Semana Nacional da Aprendizagem, que contou com audiências públicas, seminários

e outras atividades nos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo e Sergipe.

Muitas das atividades resultaram na contratação de aprendizes, sem precisar recorrer ao ajuizamento de ações. No Ceará, por exemplo, 17.417 novos aprendizes foram contratados, mas ainda restam cerca de 10 mil potenciais vagas.

Segundo o Boletim de Aprendizagem Profissional de 2018 (ver gráfico abaixo), o estado, aliás, alcançou o maior percentual do país na contratação para a aprendizagem, chegando a 63,71%, em relação ao potencial de vagas que as empresas deveriam cumprir.

Conforme destaca o documento, o número se refere à cota mínima de 5% de aprendizagem, no quadro das empresas que devem cumprir a cota de aprendizagem, conforme a Lei nº 10097/2000 e trata-se de um índice do potencial de aprendizes.

Aprendizes admitidos de JAN a DEZ 2018			
UF	Potencial*	Admitidos	%
Acre	1.745	802	45,96%
Alagoas	9.117	2.921	32,04%
Amapá	1.421	737	51,86%
Amazonas	11.158	5.856	52,58%
Bahia	39.645	19.007	47,94%
Ceará	27.340	17.417	63,71%
Distrito Federal	19.044	10.609	55,71%
Espírito Santo	16.830	9.166	54,46%
Goiás	27.062	16.662	61,57%
Maranhão	10.966	3.127	28,52%
Mato Grosso	17.805	7.456	41,88%
Mato Grosso do Sul	12.911	4.551	35,24%
Minas Gerais	96.575	43.681	45,23%
Pará	18.207	8.783	48,24%
Paraíba	9.465	4.879	51,55%
Paraná	61.112	28.638	46,86%
Pernambuco	32.202	12.298	38,19%
Piauí	6.974	2.500	35,85%
Rio de Janeiro	81.377	43.345	53,26%
Rio Grande do Norte	9.512	5.174	54,39%
Rio Grande do Sul	64.112	34.769	54,23%
Rondônia	5.251	2.834	53,97%
Roraima	1.282	741	57,80%
Santa Catarina	50.368	25.803	51,23%
São Paulo	311.878	126.719	40,63%
Sergipe	7.013	3.881	55,34%
Tocantins	4.447	1.833	41,22%
Total	954.823	444.189	46,52%

Fonte: CAGED JAN a DEZ 2018 com ajustes

Um novo horizonte

Maykon Jovino dos Santos tem 21 anos de idade, faz parte das estatísticas positivas do número de aprendizes contratados em Santa Catarina em 2018. Ele faz engenharia eletrônica na Universidade Federal de Santa Catarina e tem planos ambiciosos para o futuro: tentar uma pós-graduação e trabalhar na área de desenvolvimento tecnológico para a elaboração de eletrônicos voltados a biomedicina ou inteligência residencial artificial. Caminho traçado e sonhos planejados com muita determinação.

Mas, nem sempre foi assim, aos 13 anos o jovem entrou em depressão após a morte do pai, foi reprovado duas vezes no ensino médio, não saía de casa e vivia sem perspectiva nenhuma. Como a ajuda da mãe, Maria de Lurdes de Souza Santos, encontrou na aprendizagem o apoio que precisava para recomeçar.

Hoje, paralelo a Universidade, Maykon frequenta o curso de telecomunicações,

um dos seis de aprendizagem promovidos pelo Senai de São José, em Santa Catarina. Ele é líder da turma e divide com mais 20 alunos a oportunidade de estudar e trabalhar como aprendiz na Intelbras - uma empresa especializada em segurança, redes, comunicação e energia da Grande Florianópolis. É o terceiro curso de aprendiz que Maykon participa.

“Quando entrei no primeiro curso não sabia nem o que estava fazendo ali. Em poucos meses enxerguei um novo horizonte, descobri minha vocação profissional, nos professores tive uma referência de pai e ganhei um novo ânimo para seguir. Além de tudo, quando minha família mais precisou, consegui ajudar nas despesas de casa e hoje sou exemplo para o meu irmão mais novo e para os colegas aprendizes”, conta o jovem.

Em todo o estado existem 50 instituições que oferecem os cursos e formam

estes jovens trabalhadores. Somente o Serviço Nacional de Aprendizagem (Senai), responsável pela formação do Maykon, coloca anualmente cerca de 13 mil aprendizes no mercado de trabalho. Os cursos são variados: vão da área administrativa a industrial e atendem aos inúmeros setores da economia catarinense.

Camila Felipe Tonn, supervisora da aprendizagem industrial da unidade de São José, explica que desde a primeira aula os alunos têm atividades práticas. Além da parte educacional e profissional, ela diz que o envolvimento da família é indispensável na qualificação dos aprendizes. “Precisamos ter um contato constante com os pais porque muitos jovens desistem no meio do caminho alegando cansaço. Temos que conhecer a realidade de cada um, ficar atentos às suas desculpas quando não levam o curso a sério e saber como lidar e vencer as dificuldades”, pondera.

Desafios

O maior desafio do momento é conscientizar as empresas prestadoras de serviços de segurança, vigilância, transporte de valores e asseio e conservação, sobre a obrigatoriedade da Lei 10.097/2000. Os empresários alegam as características das atividades que exercem, como ambientes insalubres e de alto risco, para justificar a falta de alocação de jovens no quadro de funcionários.

O auditor fiscal do Trabalho Alberto de Souza, chefe da fiscalização no estado de Santa Catarina e parceiro do MPT na promoção da aprendizagem profissional, faz um alerta importante para estas empresas de forte potencial empregatício e que estão fechando as portas para os jovens aprendizes: conheçam o Decreto 8.740, de 4 de maio de 2016.

“O decreto possibilita empresas de vigilância e serviços gerais, por exemplo, a contratarem os aprendizes e cederem a órgãos públicos

e organizações da sociedade civil. Nessa modalidade de contratação ocorre uma triangulação: a empresa contrata, a entidade qualificadora ministra a parte teórica e uma entidade concedente da prática faz a vivência profissionalizante do jovem. Dessa forma, a contratante completa a cota obrigatória de maneira escalonada, num prazo que pode ir até 24 meses”.

Alberto afirma que outra vantagem desse tipo de contratação é que a empresa admite jovens em situação de maior vulnerabilidade social, geralmente em conflito com a lei, cumprindo medida socioeducativa. “Acaba que esses meninos e meninas voltam ao convívio social, ganham uma formação profissional e uma chance de recomeço digno, dever de toda sociedade”, enfatizou.

À Revista Labor, Alberto disse que a rede de proteção à criança e ao adolescente

criada pelo FETI e FOCAP, junto com a Coordinfância, vai continuar trabalhando por índices cada vez mais positivos e não recuará diante de argumentos e obstáculos impostos pelo poder econômico atual, intensificando, inclusive, as fiscalizações.

A atuação firme dos órgãos competentes garante não somente um emprego para os adolescentes, mas vida nova para milhares de famílias catarinenses. Dona Maria, mãe de Maycon, lembra do primeiro curso que o filho participou como aprendiz. “Levei ele pela mão até o Senai na esperança de que meu menino voltasse a ter vontade de viver. Hoje olho para ele e vejo que não trouxe apenas a alegria de volta para o meu filho, mas a oportunidade de torná-lo um grande homem e profissional. Exemplo para toda a minha família e vizinhos, a quem não canso de indicar a aprendizagem como o caminho para o sucesso”.

Acima da média nacional

Santa Catarina também ficou acima da média nacional (46,52%) de jovens admitidos em relação ao potencial de aprendizes, apresentando uma taxa de 51% de contratação. Os números resultam de um trabalho da Coordinfância do MPT em Santa Catarina, em articulação com a Fiscalização do Trabalho, hoje ligada ao Ministério da Economia, em parceria com líderes e entidades que integram o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil em Santa Catarina (FETI/SC) e o Fórum Catarinense de Aprendizagem Profissional (FOCAP).

Entre 2016 e 2018 foram realizadas 10 audiências com a convocação de cerca de 5.600 empresas que, embora alcançadas pela Lei da Aprendizagem, não cumpriam as cotas. “A ideia das audiências é aproximar os empregadores das autoridades e instituições formadoras, e, num processo de cobrança do cumprimento da cota legal, associado ao debate, conseguir melhorar o panorama de contratações no estado”, diz o procurador Marcelo Goss Neves, coordenador regional da Coordinfância no MPT-SC.

Para Neves, “a compreensão sobre a importância da aprendizagem para a construção de um país melhor para os nossos jovens é visível depois de cada audiência pública. Nelas, enfatizamos a importância do papel social das empresas e do benefício mútuo que pode existir na aprendizagem: os jovens ganham uma oportunidade de vida, de aprenderem um trabalho digno, de se profissionalizarem, enquanto as empresas ganham com formação de mão de obra qualificada e podem se orgulhar de um retorno social que beneficiará o futuro do Brasil”.

Em alguns municípios, feiras de aprendizagem complementam o trabalho realizado nas audiências públicas. É um evento em que empresas parceiras das entidades formadoras de Santa Catarina montam estandes e criam um espaço propício por onde circulam jovens, pais, empresários, autoridades, instituições e demais interessados na promoção da aprendizagem e na contratação de aprendizes. [x]

Rotas alteradas

Oportunidades para jovens com restrição de liberdade e em risco social

LIEGE NOGUEIRA LABUTO, *KARLA SILVEIRA E *LORRAINE PAIXÃO

 @mptes

Ela mora no morro do São Benedito, periferia de Vitória (ES). Hoje, aos 17 anos, Helena** consegue, com orgulho, se apresentar: “sou mãe adolescente, estudante e trabalhadora”. Há pouco tempo, no entanto, o turbilhão de sentimentos era bem diferente. Filha do meio

entre seis irmãos, três meninas e três meninos, Helena teve sua primeira filha aos 15 anos. Logo que a bebê nasceu, ela teve um desentendimento com a mãe e foi parar em um abrigo para crianças e adolescentes. Período difícil. E prenúncio de muitos obstáculos, que ainda viriam.



A passagem pela casa de acolhimento foi marcada por dor e superação. Após uma briga violenta com uma colega, Helena cumpriu três meses de internação e perdeu temporariamente a guarda da filha. “Minha mãe entrou com um pedido de guarda e cuidou da minha filha. Foi um tempo que eu fiquei muito sozinha, sem poder receber visita”, recorda.

Passado esse período, foi morar com a avó, a filha recém-nascida e três irmãos. Ela narra que ali se viu diante de escolhas nada fáceis. Eram cinco pessoas e um bebê em uma casa simples. “Ninguém trabalhava. E para não passarmos fome eu precisei ir para o caminho errado. Comecei a roubar”, admite.

Não levou muito tempo para Helena ser punida por novo ato infracional. Teve que cumprir medida socioeducativa em regime aberto com o acompanhamento do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas) de Vitória. “Ali minha vida mudou completamente”, comemora. Por meio de uma parceria entre o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJ-ES), o Ministério Público do Trabalho no Espírito Santo (MPT-ES), o Sistema S e o Creas, Helena ganhou uma nova perspectiva e concluiu o curso de qualificação profissional de pintora de obra imobiliária no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

“Ali nós construímos uma família. Nos sentíamos acolhidos. Sentíamos que estavam acreditando na gente. Infelizmente, muitas pessoas acham que quando se erra uma vez não tem mais jeito, não tem como recomeçar”, reflete a jovem. “Tem gente que

Referência

Atualmente, a adolescente continua no programa de aprendizagem e frequenta o ensino médio à tarde. Decidiu voltar a estudar. “Hoje em dia, quando minha filha me pergunta ‘Mãe, você vai aonde?’, eu posso responder ‘A mamãe está indo trabalhar. Sou grata a todo mundo que me ajudou a chegar até aqui e eu só quero crescer mais’”, afirma Helena. “Eu sou o exemplo e a referência para ela. É isso que me dá forças para focar num futuro melhor. Minha filha é a razão da minha vida”, diz, mostrando sua determinação.

A procuradora do Ministério Público do Trabalho no Espírito Santo (MPT-ES), Sueli Teixeira Bessa, representante da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho

erra e não tem ninguém para estender a mão. E quando aparece alguém estendendo a mão, a gente tem que segurar. Eles acreditaram na gente e nos deram essa oportunidade. É importante ter quem acredita na nossa capacidade de mudar e de crescer”, observa.

O projeto “Para Além da Medida”, idealizado pelo MPT-ES proporciona a participação dos socioeducandos em cursos de qualificação profissional, com o benefício de uma bolsa mensal para os que tiverem frequência comprovada, vale-transporte, kit escolar básico e lanche. O custeio ocorre com recursos decorrentes de obrigações assumidas em acordos e ações ajuizadas.

Além disso, a ação ainda prevê a inclusão dos adolescentes no mercado de trabalho, a partir das diretrizes estabelecidas na Lei nº 10.097/2000, conhecida como Lei Aprendiz Legal. No último dia de participação no curso de qualificação no Senai, Helena recebeu a notícia de que teria uma oportunidade de aprendizagem na área administrativa, na Concrevit, empresa capixaba que atua no setor da construção civil.

A gerente de recursos humanos da Concrevit, Andreia Reggiani Silva, destaca que a contratação da aprendiz foi natural, já que ela demonstrou bastante interesse no decorrer do curso, fato acompanhado pela empresa, que custeou a bolsa para a qualificação inicial. “Ao recebermos a Helena em nosso programa de aprendizagem, sua contratação ocorreu como algo natural e desejado pela empresa, principalmente pelas referências positivas que recebemos dela”, diz.

da Criança e do Adolescente (Coordinfância) no Espírito Santo, é a responsável pelo projeto desenvolvido no estado. Ela lembra que a Constituição da República de 1988, inspirada em normas internacionais, consagra direitos fundamentais a crianças e a adolescentes. Para estes últimos, inclusive, está expresso o direito à profissionalização. “Portanto, cabe ao Ministério Público do Trabalho, por meio da articulação com outros atores da rede de proteção, bem como a toda sociedade zelar pela efetividade de tais direitos. E o projeto constitui iniciativa para oferecer oportunidade de profissionalização, seja pelo viés da qualificação profissional, seja pela aprendizagem, como um caminho distinto do ato infracional.”



À margem da margem

Crianças e adolescentes de baixa renda que praticam atos infracionais e cumprem medidas socioeducativas ou se encontram em situação de acolhimento institucional, convivem diariamente com o preconceito e a segregação imposta pela sociedade. Estigmatizados, encontram inúmeras barreiras para a efetiva ressocialização e o acesso aos direitos fundamentais, como educação e profissionalização.

Pesquisa realizada com base nos dados do Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL) de 2016 e divulgada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aponta que 90% desses adolescentes são do sexo masculino, com prevalência para a faixa etária de 16 a 18 anos. Os dados revelam que atos infracionais recorrentemente praticados estão associados ao envolvimento com o tráfico, roubo e furto. A pesquisa ainda indica que, majoritariamente, os adolescentes em conflito com a lei sequer concluíram o ensino fundamental. Foram registrados cerca de

192 mil adolescentes em cumprimento de medidas no país, naquele ano. Destes, 13,3 mil estavam em meio fechado (com total privação de liberdade) e cerca de 33 mil em unidades de internação, porém com possibilidade de atividade externa.

No caso de medidas socioeducativas e em outras questões envolvendo direitos de crianças e adolescentes, o Ministério Público do Trabalho defende que as políticas públicas devem ser intersetoriais, com envolvimento de todos os atores que integram a rede de proteção. É elementar reconhecer também o cunho pedagógico da medida e a necessidade de políticas integradas capazes de gerar oportunidades para o desenvolvimento, o pleno exercício da cidadania e de uma vida digna.

Segundo a juíza titular da 2ª Comarca da Infância e Juventude da Comarca de Vitória e responsável pelo projeto “Escrevendo novas histórias”, Viviane Brito Borille, “a baixa

escolarização, em virtude da evasão escolar, é um fator importante nesse processo de exclusão, que somada a condições socioeconômicas desfavoráveis e outros fatores, limitam, muitas vezes, a possibilidade desses jovens de elaborarem um projeto de futuro.”

O apoio da família também é fundamental. No entanto, obviamente nem todos os laços familiares correspondem ao esperado pela sociedade. Segundo o pesquisador e professor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Paulo Velten, “as famílias desagregadas em função da pobreza absoluta talvez não correspondam ao arquétipo que temos de família quando usamos essa expressão. Mas, quando um jovem se torna infrator, as políticas públicas de assistência social devem cercar seu lar. Caso contrário, quando o jovem socioeducando voltar para a sua própria casa, os mesmos problemas de pobreza e desagregação que o levaram para o crime estarão lá. É um ciclo vicioso”.

Parceiros que mudam vidas

Quando a Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região instaurou dois procedimentos promocionais para a implementação do projeto “Para além da medida: a profissionalização como um caminho para formulação de novos projetos de vida”, em 2018, deu destaque para a natureza interinstitucional, preventiva e pedagógica da medida, voltada para permitir o acesso dos socioeducandos a diferentes espaços e a novas vivências.

Por meio do projeto, seria realizada a articulação para implementação de cursos voltados aos interesses de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, inicialmente em meio aberto (liberdade assistida), envolvendo os municípios da Grande Vitória. A articulação iniciou-se em meados do ano de 2018, pela procuradora Sueli Bessa, que procurou a 2ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de

Vitória e o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas) dos municípios de Vila Velha, Vitória e Serra.

A partir de então, o novo projeto-piloto do MPT se aliou ao “Escrevendo Novas Histórias”, idealizado pela equipe técnica da 2ª Vara (setor de Psicologia e Serviço Social) no ano de 2016, e que começou a ser implementado pelo Tribunal de Justiça do Estado em 2017.

O projeto do TJ havia surgido com o objetivo de atender adolescentes e jovens autores de algum ato infracional ou que estivessem cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto na Vara. No entanto, não havia recursos financeiros para o seu aprimoramento.

O projeto-piloto do MPT veio, portanto, agregar outros elementos para o resgate de cidadania dos adolescentes, bem

como para compartilhar esforços a fim de ampliar as oportunidades oferecidas aos socioeducandos. Além disso, houve articulação com os Creas de todos os municípios a serem atendidos.

Os cursos agora são realidade e são ministrados pelo Sistema S, todos com um claro propósito: conferir oportunidades de acesso ao direito à profissionalização, não como único caminho, mas como ponto de partida para outras trajetórias.

Além do MPT e do TJ-ES, entidades do Sistema S - notadamente Senai e Senac - e dos Creas, participam da iniciativa algumas empresas que firmaram obrigação para o custeio de despesas do projeto e dois empreendimentos que, de forma espontânea, ofereceram oportunidades aos adolescentes: uma vaga de aprendizagem e um posto de trabalho por tempo indeterminado.

Primeiros frutos colhidos

Em 2018, quarenta socioeducandos participaram de dois cursos nas áreas de pintura predial e elétrica de automóveis, com vinte adolescentes em cada turma. As aulas foram ministradas nas unidades do Senai de Vitória e Vila Velha, pelo sistema da gratuidade. O custeio de bolsas e outros itens necessários ao deslocamento foram provenientes de reversão de multa aplicada às empresas Argalit e Concrevit, em decorrência de descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado com o MPT-ES.

Novas turmas já estão em andamento em 2019. Uma de informática básica, no Senac, com dez participantes e duas turmas do curso de eletricitista instalador predial de baixa tensão, em ambiente controlado no Senai, nas unidades de Vila Velha e Vitória, com vinte adolescentes cada uma. Buscou-se, na oferta dos cursos, unir interesses da maioria, demanda de mercado, duração que fosse concomitante ao lapso temporal estabelecido para cumprimento da medida socioeducativa imposta (para facilitar

o acompanhamento pela equipe técnica) e exigência de escolaridade compatível com a dos adolescentes e jovens.

Os custos de cada turma dependem de alguns fatores, como exemplo, duração do curso, do quantitativo de participantes, de exigência de uniforme, de insumos necessários. Na escolha dos cursos, também foi considerada a escolarização, por causa da defasagem escolar (faixa etária e série) causada pelo afastamento da escola. Tal aspecto dificulta, num primeiro momento, a inclusão via aprendizagem.

A qualificação com o incentivo auxílio/bolsa, para os que tiverem frequência, foi pensada como estímulo para retorno à educação. Esse suporte financeiro-material também constitui fator relevante para garantir a adesão e permanência dos adolescentes no curso, em virtude da condição de vulnerabilidade socioeconômica vivenciada pela maioria desse público.



“Meu sonho é virar desembargador”

Aos 13 anos, o jovem Augusto** enfrentou a tragédia de perder o pai e ir morar nas ruas. Os desentendimentos com a mãe e a pobreza enfrentada pela família, que morava no Morro do Cabral, região da Grande Santo Antônio, em Vitória, o levaram a isso. “Tínhamos muitas dificuldades. Às vezes a gente ficava com fome e aí eu acabei me envolvendo com o tráfico”, relata.

O jovem, hoje com 19 anos, relembra essa passagem de sua vida com pesar e arrependimento. “Eu nunca quis isso para minha vida”, diz. Pouco tempo depois, com apenas 13 anos, foi expulso do morro. “Foram seis meses muito tristes. Dormindo no relento. Na rua eu tentava sobreviver, pegava comida do lixo, pedia. Mas aquilo não era para mim. Eu precisava sair daquela situação”, narra.

Já perto de completar 14 anos, passou pela primeira vez por um abrigo para crianças e adolescentes. Durante os quatro anos seguintes, Augusto pulou de abrigo em abrigo. Passou por diversas casas de acolhimento da Grande Vitória, onde encontrava uma cama para dormir, comida e afeto. Quando tudo parecia ir bem em sua vida, ele se viu novamente diante da possibilidade de morar na rua. Ao completar a maioridade ele perderia o direito de viver em

abrigos, instituições que atendem crianças e adolescentes de 0 a 18 anos.

Transformações

Com a ajuda de uma das assistentes sociais do abrigo em que vivia e o apoio do Creas de Vitória, conseguiu uma vaga em uma casa de acolhimento para pessoas em situação de rua, a Casa República. “Ali eu tentei me reerguer e me estabilizar”, recorda. Enquanto o jovem se empenhava em conseguir um emprego, os atores envolvidos no projeto traçavam estratégias para inclusão do jovem no mundo do trabalho.

“Nosso papel é buscar caminhos para inclusão social e oferta de oportunidades aos egressos do sistema socioeducativo e em situação de acolhimento, juntamente a outros atores, sempre com observância do princípio da dignidade humana”, destaca a procuradora do Trabalho, Sueli Bessa. Augusto recebeu a proposta de trabalhar em uma das maiores empresas de revestimento do Brasil, a Argalit. A notícia de que iria ter um emprego encheu o jovem de esperança e alegria. “Ter sido escolhido para esse trabalho foi muito importante para mim. Eu não tinha nenhuma experiência, mas ganhei essa oportunidade. Trabalhando, eu consigo

planejar melhor a minha vida. Aqui eu tenho construído uma disciplina, estou crescendo”, comemora o rapaz.

Recomeços

O jovem foi contratado como auxiliar de serviços gerais e está realizado com suas pequenas conquistas. “Muitas coisas que não podia ter, como roupas, hoje eu posso. Eu não tinha calçado, hoje em dia eu tenho”, celebra. “Se eu tenho vontade de comer alguma coisa, eu sei que posso comprar. Hoje olho para a vida com um pouco mais de felicidade. Antes eu só andava de cabeça baixa pensando que o mundo tinha me esquecido. Pelo que eu passei, nenhum ser humano merece passar”, acrescenta.

Augusto carrega consigo muitos sonhos. “Eu sonho em dar orgulho para minha mãe. Mesmo que a gente não tenha uma relação muito boa. O que eu quero é dar orgulho para ela”, diz. Ele planeja ainda concluir os estudos e no futuro cursar Direito. “Agora que estou trabalhando, o próximo plano é voltar para a escola, terminar os estudos e depois entrar em uma faculdade de Direito. Meu sonho é virar desembargador”, afirma.

Portas abertas no mercado de trabalho

Augusto e Helena foram os primeiros adolescentes participantes do projeto a ingressarem no mercado de trabalho. Ela frequenta o programa de aprendizagem na área administrativa da empresa Concrevit, que atua na construção civil do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, como fornecedora de concreto. Lá, Helena auxilia na organização de documentos, agendamento de exames admissionais e atividades relacionadas ao setor de Segurança, Saúde e Medicina do Trabalho (SESMT).

Augusto foi contratado pela empresa capixaba Argalit como auxiliar de serviços gerais há três meses. Em breve assumirá uma nova função dentro da fábrica: reparador de paletes. Os estrados de madeiros são utilizados para o transporte das mercadorias produzidas, como rejuntas e argamassas - um dos carros chefes da marca, que está no mercado há 38 anos.

A escolha do cargo inicial partiu, segundo o gerente de produção da Argalit, Wesley Pompermayer, de uma preocupação com a segurança de Augusto, que não possuía experiência no ramo. “Por mais simples que seja um processo produtivo, dentro de uma indústria, ele oferece riscos. Nós, internamente, conversamos junto com o Recursos Humanos (RH) e com o Técnico em Segurança do Trabalho e, em um primeiro momento, para ele se familiarizar com esse ambiente industrial e ter uma vivência, entendemos que o melhor era ele ter contato com os serviços gerais”.

O jovem descreve as perspectivas no emprego e as boas relações estabelecidas com os outros 27 colaboradores da unidade onde trabalha, em Cariacica, como positivas. “As pessoas conversam comigo, brincam e me auxiliam. O Wesley é um paizão para todos nós, dá muitos conselhos e ajuda bastante”.

Pompermayer destaca o papel social do projeto e impacto positivo na vida dos jovens. “Não nos custa nada proporcionar isso, que é estar contribuindo para o bem-estar deles e para um resgate de uma dimensão tão grande”.

De acordo com a gerente de RH da Concrevit, Andréia Reggiani, desde o primeiro momento em que a empresa recebeu do Ministério Público do Trabalho a oportunidade de contribuir com o programa de capacitação dos

socioeducandos, tornou-se prioridade acompanhar esses jovens e identificar os que mais se engajaram no processo e ofertar uma oportunidade como aprendiz na empresa. “Acreditamos no poder da transformação por meio da educação e qualificação profissional”, ressalta.

Após passar um mês no Instituto Gênese, recebendo treinamento em ética, regras de conduta, informática básica e técnicas administrativas, Helena começou a trabalhar na Concrevit em março de 2019. “Fui muito bem recebida e gostei muito desse período em que estou aqui”, conta a adolescente, que foi recepcionada com um café da manhã feito pelas técnicas do SESMT em seu primeiro dia.

Reggiani ainda salienta que, em seu setor, Helena terá a oportunidade de conhecer melhor a área de Segurança do Trabalho, como o que são EPI’s (equipamentos de proteção individual) e EPC’s (equipamentos de proteção coletiva), para que servem e porque são de uso obrigatório. A jovem também está aprendendo quais são os treinamentos de segurança exigidos para cada tipo de atividade dentro de uma usina de concreto; quais os riscos envolvidos em cada função e que ações devem ser tomadas para que eles sejam reduzidos ou neutralizados para preservar a saúde dos trabalhadores, bem como evitar acidentes.

A coordenadora do SESMT, Fabíola Xavier Paradella, comenta que a adolescente chegou à empresa com desejo de aprender. “Nossa área pede disciplina e postura, que é o que pretendemos desenvolver nela com o decorrer do tempo”.

Sobre a metodologia adotada nos cursos, a diretora escolar do Senai Vitória, Sâmia Cavalcante, informa que são contempladas tanto a teoria quanto a prática simulada. “Além de todo o conhecimento técnico daquela ocupação, oportunizamos também o desenvolvimento de capacidades socioemocionais e comportamentais que o atual mundo do trabalho exige”, completa.

**Estagiárias de jornalismo*

***Os nomes usados na matéria são fictícios para proteção dos entrevistados.*

De acordo com o Atlas da Violência 2018, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), inúmeros indicadores revelam o processo de acentuada violência no país. Dados informam que, no ano 2016, o Brasil atingiu uma marca de 62.517 homicídios, segundo informações do Ministério da Saúde (MS), sendo que 56,5% das vítimas correspondem a jovens entre 15 e 19 anos, com destaque para pardos e pretos.

A Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfância), do Ministério Público do Trabalho, exerce um papel fundamental para a articulação e promoção dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, a fim de oferecer contribuições para erradicação do trabalho infantil, assegurar o direito ao trabalho protegido na idade em que é permitido e, ainda, conferir oportunidades para acesso ao direito fundamental à profissionalização se insere nesse contexto.

O artigo 227 da Constituição Federal prevê que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

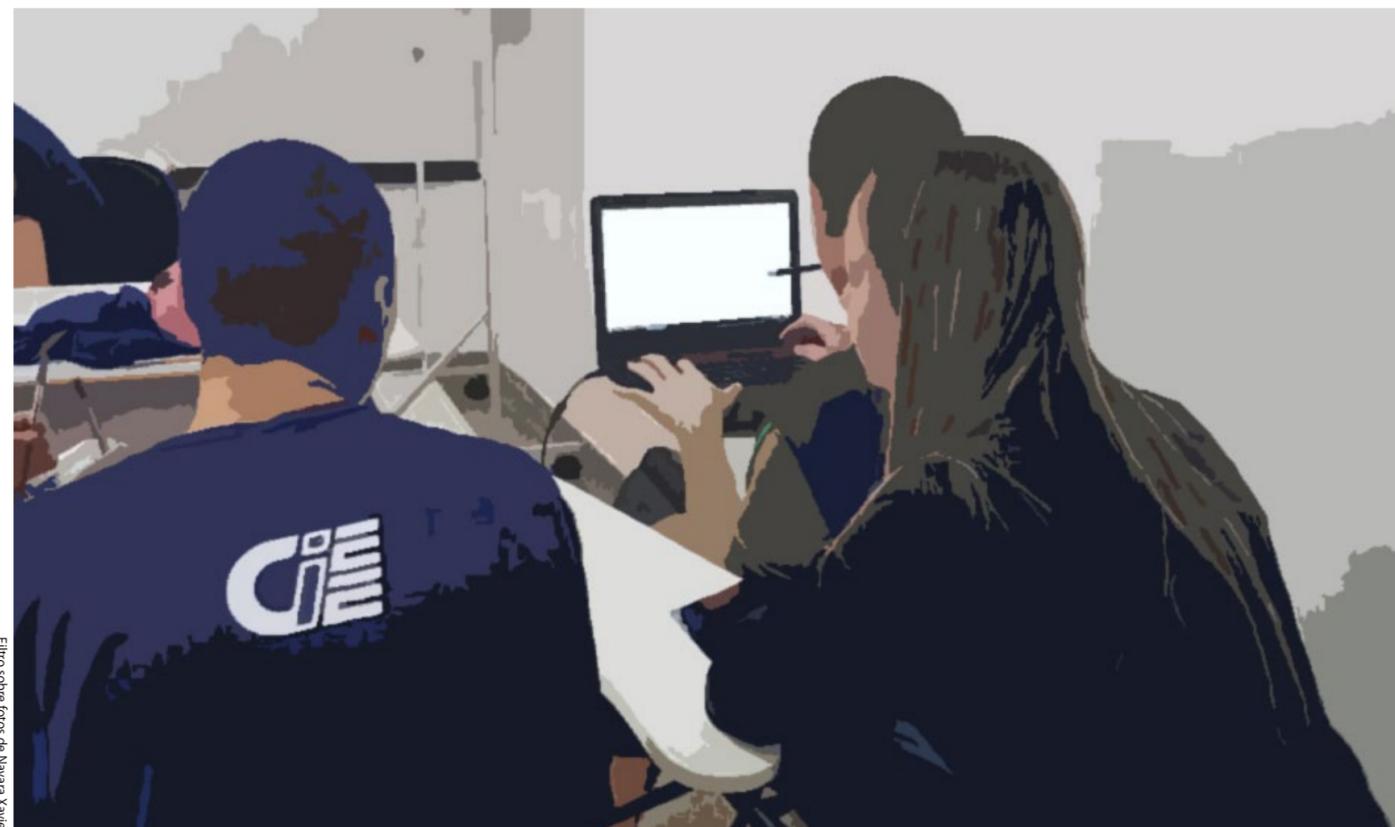
No que diz respeito aos adolescentes em conflito com a lei, há uma política pública de atendimento socioeducativo, instituída pela Lei nº 12594/2012, conhecida como Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que garante o direito à qualificação profissional. No Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90) há dispositivos que reafirmam os direitos fundamentais, dentre os quais a educação e a profissionalização.

No rumo certo

Projeto Medida de Aprendizagem descortina uma janela de horizontes para jovens em conflito com a lei

POR NAYARA XAVIER

[@mpt_ms](#) [@mpt_ms](#)



Filho sobre fotos de Nayara Xavier

Redirecionar o percurso da vida não é tarefa simples para ninguém, principalmente quando os autores desses capítulos são adolescentes que cometeram atos infracionais ou que se encontram em situação de vulnerabilidade ou risco social.

Romper preconceitos, resgatar a autoconfiança, resistir às “facilidades” que o mundo do crime oferece pode representar algo quase improvável para muitos deles, só que no Mato Grosso do Sul a aproximação do Ministério Público do Trabalho e de instituições parceiras vem demonstrando que é possível ressignificar a partir de estratégias voltadas à inserção no mercado formal de trabalho.

Com quase dois anos de vigência, o projeto Medida de Aprendizagem veio para reforçar a formação educacional e a qualificação para

o labor como instrumento de ressocialização. A iniciativa que começou em junho de 2017 já alcançou em torno de 100 jovens: 39 em cursos ministrados nas Unidades Educacionais de Internação (Unei) Dom Bosco, na capital Campo Grande, e Mitai, no Município de Ponta Porã; 15 em cumprimento alternativo da cota de aprendizagem*, cuja formação prática acontece na sede administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região; outros 15, também pela modalidade alternativa, no Tribunal de Justiça, e mais de 30 encaminhados por órgãos públicos de proteção da criança e do adolescente para a realização de cursos profissionalizantes no Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE).

Por ofertar um vasto campo de perspectivas, o curso Ocupações Administrativas – que ensina rotinas de um departamento, como:

atendimento ao cliente, acompanhamento de relatórios, elaboração de planilhas e controle de arquivos – foi a opção escolhida para qualificar os jovens no contexto da aprendizagem profissional. Nas Uneis, as aulas teóricas e os treinamentos práticos são realizados em um ambiente simulado, sendo parte dos equipamentos adquirida com recursos provenientes de indenizações em processos movidos pelo Ministério Público do Trabalho e deferidos pela Justiça do Trabalho. “Temos cumprido o papel de promover condições estruturais para a materialização do curso, mas o sucesso dele está substancialmente atrelado ao comprometimento de cada participante. E eles têm agarrado essa oportunidade”, frisa Simone Beatriz Assis de Rezende, procuradora do MPT no MS, uma das responsáveis pela implementação do projeto no estado.

Chances para lapidar um novo futuro

Desde outubro do ano passado, a psicóloga Janine Fortin ministra o curso na Unei Dom Bosco para uma turma formada por 11 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa com restrição de liberdade. As atividades ocorrem de segunda a sexta-feira, totalizando 20 horas semanais. Além de aprender uma profissão, os jovens têm a carteira de trabalho assinada e recebem salário que é depositado em uma conta judicial, bem como outros direitos sociais.

O conteúdo programático passa por uma variedade de temas vinculados à cidadania e ao mundo do trabalho: relacionamento interpessoal, contexto digital e tecnologia, gestão na organização empresarial, competências pessoais, responsabilidade social e ambiental das empresas, projeto de vida e planejamento, além de valores como honestidade, ética e respeito.

Um dos jovens que participa do programa quer trabalhar com gastronomia e mira o curso como uma oportunidade para administrar o próprio negócio, atrair clientes e prover licitamente seu sustento. Outro, pretende fazer faculdade de Engenharia. “Se você segurar com as duas mãos, tem muito mais chance de conseguir um emprego lá fora. Estamos descobrindo um novo sentido para a vida após a prisão, um caminho diferente daquele que muitas pessoas acreditam, em que sempre voltaremos para o mundo do crime”, explica confiante o garoto de 18 anos.

O amparo aos adolescentes beneficiados pela iniciativa supera o período do curso e o tempo

de acolhimento na Unei. Eles são cadastrados na Fundação Social do Trabalho e Emprego para vagas em suas cidades de origem, após saírem da unidade. Também encaminhados ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social, que presta serviços a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco social.

Recentemente, a turma de aprendizes recebeu a visita do ministro do Tribunal Superior do Trabalho Lelio Bentes Corrêa. Emocionado, ele conversou com os adolescentes sobre a oportunidade que estão recebendo para mudar de vida. “Vocês vão prometer para mim que não vão desistir nunca! Não deixem que ninguém diga a vocês que não são capazes. Acreditem na habilidade que vocês têm de vencerem e serem felizes”, afirmou o ministro.

Além de Mato Grosso do Sul, experiências semelhantes já ocorreram no Ceará e estão em andamento na Bahia, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, com suas particularidades.

O projeto Medida de Aprendizagem do MPT-MS conta com a parceria do governo estadual, por meio da Secretaria de Justiça e Segurança Pública e da Superintendência de Assistência Socioeducativa, do Ministério da Economia, por intermédio da Superintendência Regional do Trabalho, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, mediante intervenção da Coordenadoria da Infância e Juventude, do Ministério Público Estadual, da Defensoria Pública Estadual e do CIEE. [X](#)

Os donos da história

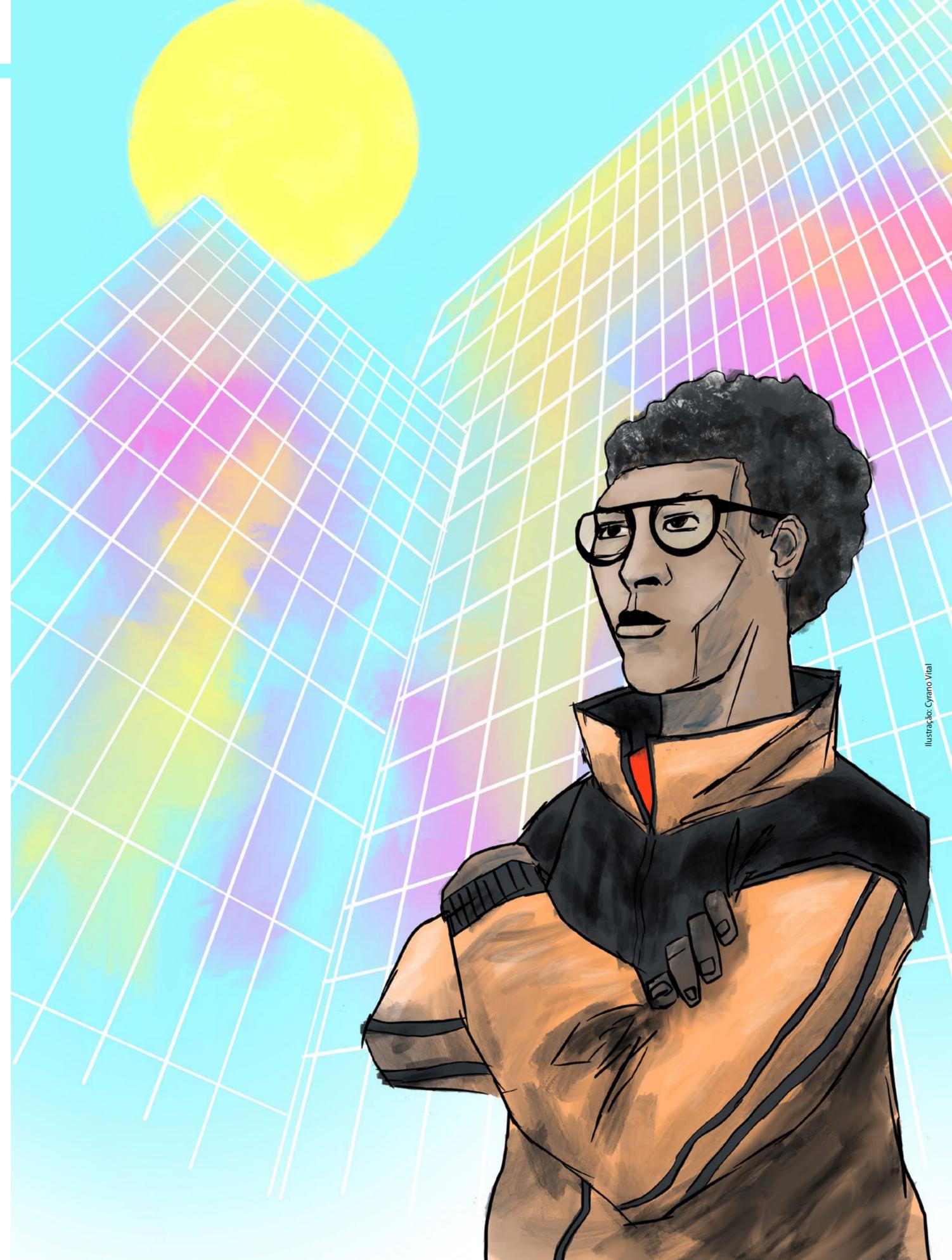
Projeto leva qualificação profissional a crianças, jovens e adultos no Pará

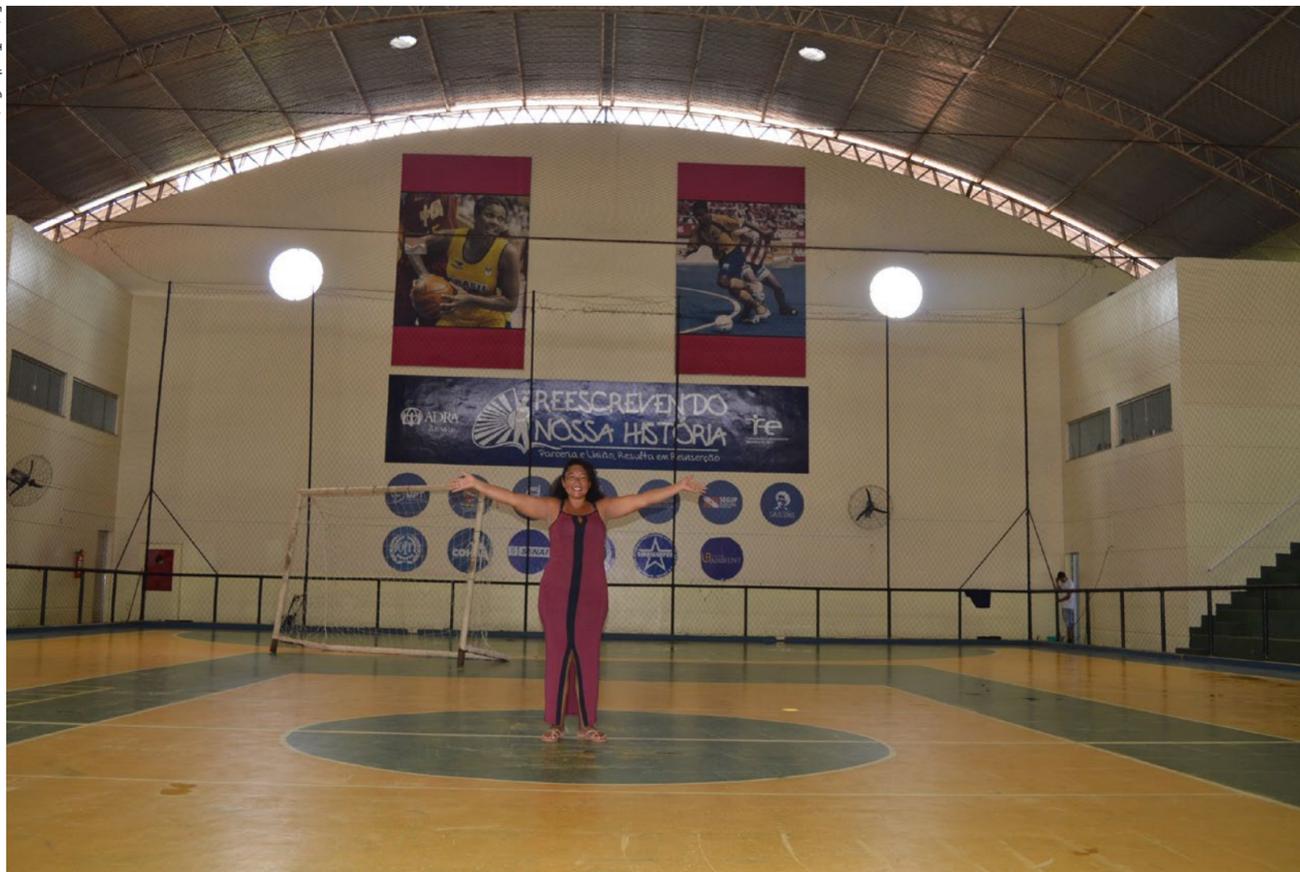
POR TAMILÉS COSTA

 @mpt.paap

Mudando o rumo de muitas vidas, o projeto Escrevendo e Reescrevendo Nossa História, financiado com recursos revertidos

pelo MPT, já atendeu mais de 7 mil pessoas em dois anos, oferecendo qualificação profissional, arte e esporte a crianças, jovens e adultos.





Pequena demais

“Ninguém pode voltar atrás e fazer um novo começo, mas qualquer um pode recomeçar e fazer um novo fim”. A frase de Chico Xavier sintetiza bem o propósito do Projeto Escrevendo e Reescrevendo Nossa História (PERNOH), em atividade desde 2017, hoje espalhado em quase 10 polos no Estado do Pará. O projeto, financiado com recursos revertidos pelo Ministério Público do Trabalho no Pará e Amapá, atua em duas vertentes. A primeira, chamada “Escrevendo Nossa História”, capacita crianças, jovens e adultos de áreas de risco. Já a segunda, o “Reescrevendo Nossa História”, oferece profissionalização ao público proveniente da socioeducação e sistema penal.

“Eu cheguei aqui no ano passado, indicada pela Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa). Naquele momento, metade dos meus sonhos tinham ficado pelo meio do caminho. Aquele portão de entrada parecia grande demais porque eu me sentia muito pequena. Hoje, convivendo com o projeto, esse portão maior já é pequeno para mim”. Assim, Ana Amaral descreve sua chegada ao PERNOH. Ela veio acompanhando a filha adolescente e juntas começaram a conhecer um mundo novo de sonhos e possibilidades.

Ana fez os cursos de Culinária, Empreendedorismo e Cabeleireiro; sua filha, que também ganhou uma bolsa de estudos graças ao projeto, cursou Informática, Cabeleireiro e Futsal. “Enquanto a oportunidade no mercado de trabalho não chega, estamos nos qualificando, o projeto existe para qualificar, ressocializar jovens, eles precisam disso”, enfatiza ela.



Uma Ferrari a 40 Km/h

O desenvolvimento humano se dá por meio de uma junção de fatores. Um deles é a qualificação, ou seja, a formação técnica. O outro é o start da mente, que nada mais é do que fazer com que o indivíduo acredite que é capaz de realizar determinada coisa. Isso é o que explica o professor Nonato Santiago, responsável pelos cursos de

Empreendedorismo em vários polos do PERNOH. “É necessário estartar as mentes das pessoas, sem isso elas não produzem. É como dar uma Ferrari a alguém que só consegue correr 40 Km, ele tem condições de correr 400, mas a mente dele o condiciona a correr só 40”, compara ele.

Metaforicamente, Nonato fala que o start atua como uma semente que se planta e é regada; nesse momento, a autoestima é mais importante do que a técnica. “Uma boa equipe é sempre melhor do que uma boa ideia. Se você tiver uma boa ideia e uma equipe ruim, ela acaba com a ideia. Se a ideia for ruim e a equipe boa, ela transforma a ideia”, explica o

professor que ressalta que o mesmo acontece à autoestima: “se você é ruim de técnica, mas tem uma autoestima boa, você trabalha essa técnica. Agora se você tem uma técnica excelente, mas a autoestima baixa, não existe a força motriz”.

A importância disso ganha maiores proporções ainda nas comunidades atendidas pelo projeto. Segundo conta o professor, em um dos locais onde existe o PERNOH, a violência é tão grande, o número de adolescentes apenados tão elevado e as histórias de vida tão complicadas, que aos finais de semana, a igreja onde funcionam os cursos precisa disponibilizar a quadra de esporte aos traficantes do bairro para que não causem nenhum tipo de problema ao desenvolvimento do projeto. As pessoas imersas nesse contexto, quando “estartadas” dizem: “eu não imaginava que conseguiria fazer isso, que tinha essa perspectiva de vida, que eu poderia ir além”, revela Nonato.

Assim, o curso de Empreendedorismo desempenha um duplo papel: ensinar a empreender negócios e nas próprias vidas. Segundo um dos professores do curso, Pablo Guedes, o Empreendedorismo surgiu para que os alunos dos demais cursos tivessem uma visão diferenciada do que é ser empreendedor, saíssem da ideia de empreendedorismo por necessidade, fossem apresentadas à profissionalização e pudessem transformar o aprendizado das outras formações em fontes de renda.

Escrevendo e reescrevendo histórias

Zuleima Martins, 58 anos, acreditava que depois dos 50 as perspectivas estavam mortas, mas a vida lhe mostrou o contrário, “depois dos 50 eu nasci”, diz. Ela fez o curso de Costura Industrial em 2017, no primeiro ano do PERNOH. “Eu já trabalhava fazendo consertos, desmanchava roupas e remontava, fazia de uma roupa velha, uma nova. Um dos



funcionários do projeto, que eu conheço da comunidade, me indicou o curso de Costura Industrial”, conta. Ela fez este curso e depois seguiu para o curso de Empreendedorismo no ano seguinte. “Foi aí que eu descobri que eu sabia muita coisa e ao mesmo tempo nada. Descobri porque a gente não conseguia prosperar, porque a gente não conseguia botar em prática nossos sonhos”, revela Zuleima.

Moradora há 30 anos da comunidade do bairro do Una, em Belém, onde funciona um dos polos do PERNOH gerido pela Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais – ADRA, Zuleima vê o projeto como um marco em sua vida. Após duas tentativas de suicídio, ela passou a acreditar que todos os sonhos podem se tornar realidade. Junto com a filha, fez os cursos do PERNOH e agora estão abrindo a própria empresa. “Na linha de costura, queremos fazer estamparia, serigrafia, bolsas... se a gente parar desaprende, a moda é muito vibrante”, conta ela que antes não tinha sonhos e hoje faz planos.

Outro que também está escrevendo uma nova história é o socioeducando César*, que chegou ao projeto encaminhado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e diz ter sido muito bem acolhido. “Tem um mês que estou aqui fazendo o curso de informática, que escolhi porque vejo que é mais fácil de arrumar emprego. Quero concluir para entrar no mercado de trabalho”, afirma. Ele, que sonha ser enfermeiro, está cursando o ensino médio e pretende fazer vestibular.

Heróis sem capa

Por trás de toda grande iniciativa existem grandes pessoas cujo diferencial técnico e, principalmente, humano é responsável por fazer dar certo. São profissionais como a psicóloga e coordenadora técnica dos cursos do Polo Una do PERNOH, Keila Sales, que conta



um pouco sobre o funcionamento do projeto. “A dinâmica dos cursos é intensa, fazemos uma captação de alunos na comunidade e recebemos os encaminhamentos do CREAS, FASEPA e da Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA)”, diz. Keila revela que os adolescentes encaminhados pelas instituições fazem parte da outra ponta do trabalho que é o acompanhamento dos socioeducandos, o que inclui também o atendimento familiar mensal.

Especialmente sobre a socioeducação, a assistente social do PERNOH, Raimunda Carvalho, enxerga como um dos grandes desafios e como uma das maiores recompensas a ressocialização. “Quando esses meninos chegam encaminhados pela 3ª Vara para a realização dos cursos, alguns relutam, mas aos poucos a gente vai se aproximando desse garoto, dessa família, e eles passam a criar gosto pelo aprendizado, a entender a importância de serem homens e mulheres que fazem a diferença na sociedade”, diz ela.

Raimunda conta que além do acolhimento inicial, o acompanhamento posterior do

socioeducando inclui uma série de serviços à disposição das famílias como consultas com clínico geral, pediatra, ginecologista, exames de rotina, ultrassonografias, tomografias, ressonância, além de consulta oftalmológica. “A família fica muito feliz em saber que está sendo oportunizada a ter esse atendimento de saúde, o que também acontece quando é feito o atendimento domiciliar, que realizamos sozinhos ou em conjunto com o Tribunal de Justiça”, explica.

Todo esse esforço tem reflexo direto no resultado obtido na ressocialização do socioeducando. Braihan Nogueira, professor do curso de Cabeleireiro, 2º curso mais procurado do projeto, contabiliza experiências positivas com socioeducandos. “Tenho um aluno da socioeducação que está com projeto de abrir um negócio e não vamos deixar que ele se perca. Antes que o curso acabe vamos conhecer seu local de trabalho e ajudá-lo até com material, conseguido com algum parceiro”, explica. As parcerias, inclusive, são fundamentais para o funcionamento do PERNOH. Algumas empresas aderiram à causa

do projeto e já participam ativamente da transformação social.

Um exemplo disso é a parceria com o Hospital Galileu, que fornece matéria-prima para os cursos de costura e artesanato. Zizeuda Oliveira, coordenadora de projetos do Polo Una, diz que a atitude é especialmente importante do ponto de vista ambiental, porque consiste na reutilização de material que iria para o lixo. “O hospital nos fornece mantas de tecido TNT, utilizadas no bloco cirúrgico, disponibilizadas após esterilização”, explica. No curso de costura, por exemplo, os treinos de coordenação motora, realizados no primeiro contato dos alunos com a máquina, eram feitos no papel A4 e hoje são feitos já em tecido, que se transforma em bolsas utilizadas pelos alunos do curso para guarda de material.

Além disso, os itens produzidos, a partir do material doado, também se transformam em equipamentos de proteção individual (EPIs), como tocas e aventais, usados nos cursos de cabeleireiro, manicure, manutenção de celular e culinária.



O Estado, as instituições e a sociedade

O PERNOH recebe alunos encaminhados pelo Ministério Público do Trabalho, Fasepa, Funpapa, CREAS, Conselhos Tutelares e moradores dos bairros onde há polos. Todos os cursos oferecidos são gratuitos à comunidade e visam prioritariamente promover a qualificação profissional para o mercado de trabalho, além de iniciação musical e esportes.

Atualmente, o projeto, que já contabiliza mais de 7 mil pessoas atendidas, conta com apoio de várias instituições parceiras, porém sua execução é feita por 4 delas no Estado do Pará. A ADRA, que possui 2 polos em Belém (Una e Pratinha), 1 em Castanhal, 1 em Marituba e 1 em Jacundá; o Centro de Estudos e Memória da Juventude Amazônia – CEMJA, que possui polos em Belém nos bairros do Barreiro e Vila da Barca; a Fundação Carlos Gomes, dentro do projeto Música e Cidadania; e o Instituto Universidade Popular – UNIPOP.

O Ministério Público do Trabalho e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará vem caminhando juntos desde o início do projeto, atuando pela concretização dos direitos humanos, em especial de crianças e adolescentes. Segundo o juiz da Infância e Juventude da Comarca de Belém, Vanderlei de Oliveira, a situação de vulnerabilidade do público infantojuvenil no país é alarmante, “70% das vítimas de estupro no Brasil

são crianças e adolescentes e 58% das denúncias recebidas pelo Disque 100 são sobre violência contra criança”, diz ele.

A consequência da violação de direitos de meninos e meninas se traduz na perpetuação do ciclo de violência que precisa ser quebrado, interrompido com educação e ressocialização. Para o juiz Deomar Alexandre, da 3ª Vara Criminal de Abaetetuba (PA), “o erro não pode ser maior que o homem, sendo assim eu sempre vou acreditar no ser humano”. A frase reproduzida pelo juiz foi dita por um preso no início do Projeto Conquistando a Liberdade, coordenado pelo magistrado, que consiste em ressocializar por meio do trabalho. “No projeto, os apenados reformam escolas e participam de roda de diálogos com estudantes, onde contam sua vida, dizem ‘não façam o que eu fiz’, é o preso combatendo a criminalidade”, explica ele.

O Projeto Escrevendo e Reescrevendo Nossa História une as duas pontas do problema provendo educação e ressocialização, oportunidade de começo e recomeço. Para o procurador do Trabalho Sandoval Silva, que está à frente do PERNOH no MPT, longe de desempenhar um papel meramente punitivo “o Ministério Público só é útil se servir à sociedade, se contribuir para que instituições realizem sua função social, afinal, somos todos interdependentes”. ☒

**Nome fictício para proteger a identidade do entrevistado*

Saúde a bordo

Barco Hospital "Papa Francisco", construído com recursos destinados pelo MPT, atenderá ribeirinhos da Amazônia

POR JULIANA CASTANHA

f @mptceara

t @mptce

i @mptceara

Sustentada por guinchos e cabos de aço nas laterais, a plataforma descia lentamente até o barco de 150 toneladas tocar o mar pela primeira vez. Dentro e fora da embarcação, olhares

ansiosos acompanhavam cada detalhe. Mediam, por exemplo, a distância do ponto mais baixo da quilha em relação à superfície. Checavam se havia o menor sinal de infiltração.



“É como um filho que a gente vê nascer”, deixou escapar o pensamento um dos técnicos, absorto que estava no orgulho do trabalho concluído. Um filho gestado por 14 meses, na oficina de um estaleiro em Fortaleza, Ceará. “O dia, hoje, foi um dos mais gratificantes da minha vida”, exclamou o supervisor operacional Dione Rufino sem disfarçar a emoção. “Ainda mais um barco com o nome do Papa Francisco”, completou e sorriu um sorriso iluminado.

Perguntei se ele conhecia a história do barco hospital, antes de ser concebido em meio aos andaimes. Diante da negativa, desembestei a compartilhar em cumplicidade outros orgulhos. Conteí ao supervisor que a ideia do projeto surgiu de um franciscano dos mais

carismáticos. Frei Francisco Belotti. Religioso que administra instituições de saúde em vários estados brasileiros e uma equipe de 17 mil trabalhadores.

Contei que em 2013, em visita ao Brasil, o Papa Francisco se encontrou com o frei de mesmo nome. Juntos, conversaram sobre o Haiti e outros locais carentes de ajuda humanitária. Entre tantas urgências, o sumo pontífice pediu atenção especial para a Amazônia. Lá, quando o nível do rio sobe demais, as águas invadem poços, fossas e vira uma calamidade. Canoas afundam, pessoas morrem, as distâncias tornam-se ainda maiores. “O barco que você e tantos outros homens e mulheres ajudaram a construir, Dione, vai atender uma população

ribeirinha estimada em 700 mil pessoas, em doze municípios. Gente que nunca teve atendimento médico na vida”, segredei a ele, que retribuiu com uma expressão ainda mais fúlgida.

Ana Paula, anfitriã de cabelos curtos e riso fácil, então se apressou a propagandear: “Sabe do que mais? Todos os trabalhadores do estaleiro merecem ouvir essa história!” Nada mais justo. Afinal, o barco virou realidade graças à destinação de recursos do maior acordo da história da Justiça do Trabalho, no país: R\$200 milhões só para projetos sociais. Desse total, cerca de R\$25,1 milhões para a construção do barco hospital e aquisição de duas “ambulanchas”. Resultado da atuação do Ministério Público do Trabalho.



A cada novo detalhe compartilhado, naquele estaleiro, outros personagens assumiam sua parcela de protagonismo na história. “Já vi muita embarcação ser construída aqui, mas essa é diferente”, comentou Paulo Saraiva Cavalcante, que terá a missão de transportar o barco hospital até a cidade de Óbidos, no Pará. “É especial saber que algo que construímos vai ajudar tanta gente”. De Fortaleza a Belém serão seis dias e cinco noites de viagem. A navegação segue pelo Rio

Pará por mais cinco dias e cinco noites, até o barco hospital ser finalmente entregue.

Em meio ao entusiasmo coletivo, voltei a observar Dione. Ele erguia os olhos a contemplar o navio uma vez mais. Da proa à popa, 32 metros de extensão. Enfermaria, farmácia, laboratórios, salas de raio X, mamografia, ultrassonografia e até centro cirúrgico. No silêncio do trabalhador, percebi o exato instante em

que se descobre o lugar de pertencimento, como nos versos cantados por Zé Ramalho. “Tá vendo aquele edifício, moço? Ajudei a levantar. Foi um tempo de aflição. Eram quatro condução. Duas pra ir, duas pra voltar”. O homem diante da materialização do seu trabalho.

Que o barco hospital cumpra sua missão. Sob as bênçãos dos Franciscos, das Marias e do sagrado que habita no trabalho de tantos e tantas. ☒

A construção do barco-hospital Papa Francisco está sendo custeada com verbas que vieram do acordo do MPT e as empresas Raízen Combustíveis S/A (antiga Shell Química) e Basf S/A.

O projeto está orçado em R\$ 25,1 milhões e prevê a disponibilização de duas “ambulanchas” para visitas domiciliares.

O executor do projeto é a Fraternidade São Francisco de Assis, entidade filantrópica sem fins lucrativos.

A previsão é de que ainda em 2019 a embarcação já esteja percorrendo as águas do Amazonas e minimizando a falta de atendimento médico destas comunidades.

Serão atendidas cerca de mil comunidades ribeirinhas na região do Baixo Amazonas, no Pará, um total de 700 mil pessoas. Cerca de 48,37% da população da região encontra-se abaixo da linha da pobreza e não possui atendimento de saúde.

O barco-hospital começou a ser construído em dezembro de 2017, em Fortaleza (CE), envolvendo mais de 100 trabalhadores.



O batismo do barco foi feito no dia 14 de março pela assessora de comunicação do MPT no Ceará, Juliana Castanha.



Na lama, o caos

270 pessoas não voltaram para casa, no maior "acidente" de trabalho da história do país

POR RAFAEL PASSOS

 @mptmg

Brumadinho, Região Metropolitana de Belo Horizonte, 25 de janeiro de 2019, às 12h28. Pouco mais de três anos depois do rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, Minas Gerais testemunha, perplexa, mais um novo despejo de lama da mineração que culminou em um acidente de trabalho de dimensões incalculáveis. Cerca de 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério

se desprenderam da Barragem 1 da Mina Córrego do Feijão, operada pela Vale. Das 270 vítimas fatais, a Defesa Civil confirmou pelo menos 119 empregados diretos. O número de trabalhadores indiretos ainda está sendo contabilizado pela Superintendência Regional do Trabalho, que aguarda o recebimento de todas as comunicações de acidentes de trabalho.

A onda letal de lama destruiu setores da mineradora que ficavam próximos ao maciço, avançou sobre imóveis nos distritos Córrego do Feijão, Parque da Cachoeira e propriedades rurais, além de devastar a fauna no entorno na mina. “Eu vi um cenário de guerra. Um tsunami, tudo tampado. Não vi mais escritório, área administrativa. Eu entrei em desespero porque não tinha condições de trabalhar. Perdi muita gente querida lá”, descreveu o técnico de resgate Paulo Henrique Ventura do Carmo, que teve um irmão e um cunhado mortos no desastre.

O rejeito da mineração chegou ao Rio Paraopeba, afetando a vida aquática e a rotina de produtores rurais que moram à margem do curso d’água e comprometendo o fornecimento de água no município de Pará de Minas, a cerca de 90 quilômetros de distância do local do desastre. Parte de um pontilhão, pelo qual passava uma linha férrea, também não resistiu à força da lama. Conforme mapas elaborados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), a área do espalhamento do rejeito da mineração até o encontro com o Rio Paraopeba abrangeu uma área de aproximadamente 290 hectares poucos dias depois do desastre.

Logo após as primeiras semanas do desastre, o material com restos da mineração teve estado alterado, levando o Corpo de Bombeiros a mudar a estratégia de resgate às vítimas. “Antes, os corpos ainda estavam superficiais. Eles eram vistos a olho nu e, por isso, a utilização de tantas aeronaves. À medida que o tempo foi passando, a lama foi sedimentando e possibilitando mais militares entrarem no que a gente chama de zona

quente e maquinários, trabalharem.”, explicou a tenente-coronel Kênia Prates.

“Do sentimento das famílias de querer ver os seus familiares e amigos. Nós nos dispomos a isso”, contou a militar ao expressar de onde buscava forças e inspiração para prosseguir com os trabalhos, apesar das condições adversas para localização de sobreviventes. Acostumada a lidar com o sofrimento alheio e trabalho em situações delicadas, a tenente-coronel deixou uma mensagem de compaixão: “Abraço enquanto tem tempo, diga eu te amo enquanto tem tempo. Esteja junto daqueles que você ama porque, num piscar de olhos, tudo pode acabar”.

Cidade enlutada

Brumadinho, de aproximadamente 40 mil habitantes, é rodeada por montanhas e conhecida por abrigar um museu a céu aberto que reúne um dos mais importantes acervos de arte contemporânea brasileira. O local atrai pessoas de diversas partes do Brasil e do exterior. Uma pousada que recebia turistas que visitavam a cidade foi completamente encoberta pela lama.

Com ares e costumes interioranos, o município da região metropolitana se uniu na tristeza de quem sepultou pessoas queridas e viu sonhos serem interrompidos pela lama barrenta da mineração, segundo relatos de Eduardo Henrique Cordeiro, morador da cidade. “Parece que a ficha ainda não caiu, a nossa cidade é muito pequena. Você sai às ruas em Brumadinho e toda hora encontra com um colega ou um amigo e você sabe que eles

perderam um ente querido, perderam um familiar”, acrescentou.

Refém da atividade minerária, Brumadinho praticamente não possui outra fonte de receita que não esteja relacionada ao recurso retirado da natureza. A incerteza em relação ao que virá pela frente paira sobre quem precisa recomeçar a vida. “A gente está nessa insegurança, não sabemos o que vai acontecer. A minha família depende do meu trabalho. Infelizmente, o governo e a prefeitura não se mobilizaram depois de Mariana. Era para ter criado outras condições de renda”, lamentou Eduardo.

A dor e a saudade de quem teve amigos e parentes mortos no desastre foram alguns sentimentos estampados no rosto de trabalhadores que se reuniram em um centro comercial de Brumadinho. Entre idas e vindas de velórios e sepultamentos, funcionários da mineradora se abraçavam e buscavam conforto em ombros amigos na tentativa de abrandar o luto por vidas definitivamente soterradas pela lama.

Olhos marejados refletiam o desalento de quem precisava encarar a dura realidade de uma cidade mergulhada no caos. Emocionado, o gerente de manutenção elétrica Moisés Clemente contou que, logo após o colapso da barragem, tentou contato com dois colegas que estavam trabalhando, porém eles não atenderam as ligações.

Moisés foi ao local do desastre para ajudar no resgate às vítimas. No entanto, ao se deparar com a cena de destruição em meio a estruturas retorcidas, a realidade se mostrou sombria. “Quando eu vi a área mais atingida, meu coração esfriou e a minha esperança acabou. Eu tinha a esperança de encontrar alguém vivo”, relatou.



Reincidência e indignação

O rompimento da barragem de Brumadinho tem consequências multifacetadas que provocaram reações em diferentes setores da sociedade e no poder público. “Essa tragédia demonstra a precariedade das condições de trabalho a que estão expostos os trabalhadores no Brasil e a imprescindibilidade dos órgãos de defesa dos direitos sociais”, ressaltou o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, na época.

“Estamos diante da maior tragédia socioambiental e do maior acidente do trabalho da história do Brasil, sob o ponto de vista de perdas humanas”, definiu o juiz Ordenizio dos Santos, da 5ª Vara de Betim, quando indeferiu, pela segunda vez, o pedido da Vale para suspender bloqueio de R\$ 1,6 bilhão, obtido pelo Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais (MPT-MG) por meio de ações cautelares.

Para o especialista em direito trabalhista Luciano Pereira, o desastre poderia ter sido evitado, caso a mineradora estivesse atenta às condições da barragem. “Além de se tratar do maior acidente de trabalho da história do Brasil, ele tem características que indicam que houve uma atitude criminosa por parte da empresa na condução das medidas de proteção à segurança e à saúde dos seus trabalhadores e da população”, acrescentou.

Na mesma direção, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Pesada de Minas Gerais (Siticop-MG), José

Antônio da Cruz, classificou como “descaso” o que ocorreu na Mina Córrego do Feijão. “Nunca vimos nada igual. O acidente de trabalho ocasionado em Brumadinho castiga, principalmente, aqueles que produzem e dão resultado positivo para a empresa. Houve um impacto ambiental que destruiu a nossa fauna e nossa flora”.

Riscos, medo e números

Sérgio de Paula Gomes, que trabalha há 15 anos na Mina Córrego do Feijão no setor de carregamento de minério, revelou ter tido receio da barragem se romper após relatos de problemas e intervenções na estrutura. “A gente ouvia algumas coisas. Em setembro, fizeram um trabalho na barragem porque teve um vazamento. Não existe barragem totalmente segura. Se chover muito, por exemplo, cair uma tempestade, com muitos milímetros de água, a gente não sabe se vai suportar, né? Os drenos, talvez, podem entupir e acontecer alguma coisa”, contou

Como em Mariana, a barragem de Brumadinho que entrou em colapso foi erguida por meio do método de alteamento a montante em que os rejeitos da mineração são depositados na própria estrutura de contenção do maciço. Esse modelo de construção é criticado por especialistas. “É a forma mais comum porque é mais barata para se construir e mais rápida de se licenciar porque ocupa menos espaço da bacia hidrográfica. Mas é também a mais

perigosa e com maior risco. Por isso países com características similares ao do Brasil não usam ou estão proibindo”, observou o geólogo Eduardo Marques, professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em entrevista ao site da BBC Brasil, em 29 de janeiro. Segundo a Vale, a Barragem 1 da Mina Córrego do Feijão estava inativa há cerca de três anos.

A despeito das dimensões do desastre de Mariana, a mineradora que opera em Brumadinho não soube tirar lição no tocante à adoção de medidas de proteção à vida e ao meio ambiente. Foi o que definiu Luciano Pereira: “Essa é a situação mais grave. Ao que tudo indica, o fato de ter ocorrido a tragédia de Mariana não serviu para que a empresa mudasse sua conduta e passasse a ter um efetivo respeito à vida e adoção de medidas de segurança para preservação da vida e do meio ambiente”.

Dados do Inventário de Barragens de 2017, elaborado pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), revelam que das 698 barragens cadastradas pelo órgão em Minas, 22 apresentaram estabilidade “não garantida pelo auditor ou o auditor não concluiu sobre a situação de estabilidade por falta de dados e/ou documentos técnicos”, diz o documento.

O Brasil registra em seus cadastros 24.092 barragens utilizadas pela indústria para diferentes finalidades. Desse total, 723 foram classificadas, simultaneamente, como Categoria de Risco (CRI) e Dano Potencial Associado (DPA). Essas e outras informações fazem parte do Relatório de Segurança de Barragens (RBS)



/2017, da Agência Nacional de Águas (ANA), em cumprimento à Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) - Lei nº 12.334, de 2010.

Esse mesmo relatório mostra que o país conta com 43 órgãos potencialmente fiscalizadores de barragens, sendo quatro federais e 39 estaduais. Em 2017, foram realizadas 780 inspeções que constataram a ausência de autorização, outorga ou licenciamento para 42% dessas estruturas.

Aprovado em dezembro de 2018 pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), do Senado Federal, o texto do RBS é uma conclusão a respeito da implementação da PNSB. O material foi encaminhado à Mesa da Casa, ao Executivo e aos órgãos ligados à segurança de barragens.

Ações do MPT e garantia de direitos

Horas seguintes após o estouro da barragem em Brumadinho, o Ministério Público do Trabalho integrou uma força-tarefa institucional para cuidar do caso, aproveitando a experiência de

atuação no desastre em Mariana.

“Essa força tarefa vai nos possibilitar uma efetiva troca de informações e de dados, num esforço de consenso de estratégias e repartição de responsabilidades, segundo a legitimidade de cada órgão”, justificou a procuradora-chefe do MPT em Minas, Adriana Augusta de Moura. No âmbito do MPT, o Grupo Especial de Atuação Finalística (Geaf) foi instituído para investigar e adotar medidas de responsabilização cabíveis no tocante aos trabalhadores vitimados e ao meio ambiente do trabalho.

O MPT obteve em ação cautelar ajuizada na 5ª Vara do Trabalho de Betim o bloqueio de R\$ 1,6 bilhão nas contas da Vale para assegurar pagamento de verbas rescisórias e indenizações. Nesse mesmo pedido, a Justiça impôs à empresa a manutenção de pagamentos de salários a trabalhadores vivos e familiares de mortos e desaparecidos, além da apresentação de documentos para a instrução do inquérito e apuração das condições de segurança na mina de Brumadinho.

Outros direitos estão garantidos aos familiares dos atingidos pelo desastre e

aos trabalhadores, como o pagamento de pensionamento mensal a dependentes de empregados próprios e terceirizados. A empresa teve negado também pela Justiça pedidos para a suspensão dos bloqueios assegurados na cautelar. Para os procuradores do GEAF, “a postura firme da Justiça do Trabalho em não acatar os reiterados pedidos da empresa para a suspensão de bloqueio, tem sido fundamental para assegurar a efetividade das obrigações já impostas”. Em março, o MPT ajuizou ação civil pública com 19 pedidos de condenação, entre os quais estão as indenizações por dano moral individual e coletivo. O processo tramita na 5ª Vara de Betim, onde será julgado.

O MPT ainda se reuniu em assembleias com familiares dos atingidos, trabalhadores, Corpo de Bombeiros, Defensoria Pública da União (DPU), Defesa Civil Estadual, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e representantes de sindicatos para tratar de questões relativas à esfera trabalhista e à atuação desses órgãos no caso. Abertos ao público, os encontros foram realizados na Câmara Municipal de Brumadinho. Em um deles, houve a formação de uma comissão de parentes de

vítimas e trabalhadores, que acompanha as negociações com a mineradora.

Saiba quais os direitos já estão assegurados:

Trabalhadores com óbito confirmado: a Vale S.A deverá pagar as verbas rescisórias decorrentes do fim do contrato de trabalho aos dependentes de trabalhadores cadastrados na Previdência Social, ou na ausência destes, aos dependentes cadastrados no plano de saúde.

Despesas com funeral: custeio integral de todas as despesas realizadas com funeral e sepultamento de trabalhadores próprios, terceirizados, estagiários e aprendizes: a Vale S.A deverá entrar em contato com as famílias dos trabalhadores falecidos e providenciar eventual ressarcimento, caso tenham arcado com esta despesa.

Seguro de vida: caberá à Vale S.A entrar em contato com as famílias de empregados diretos, terceirizados, estagiários e aprendizes para orientá-las acerca dos documentos necessários para liberação do seguro.

Trabalhadores desaparecidos: a Vale S.A deverá continuar a pagar os salários dos trabalhadores desaparecidos aos dependentes, até que o óbito seja reconhecido, observados os critérios acima mencionados.

Trabalhadores sobreviventes: empregados próprios e terceirizados tem garantia de emprego ou remuneração até o dia 31 de dezembro de 2019.

Transferências: estão proibidas as transferências ou realocações unilaterais e arbitrárias de trabalhadores próprios e terceirizados: todas as transferências e realocações deverão ser assistidas por sindicato. A empresa deverá pagar adicional de transferência para casos de transferências provisórias negociadas com os trabalhadores, bem como pagar despesas decorrentes de eventual mudança de domicílio, em caso de transferência.

Plano médico e atendimento psicológico: a Vale S.A deverá fornecer aos dependentes, assim considerados aqueles previstos no art. 16, da Lei nº 8213/91, incluindo o menor sob guarda, dos empregados próprios e terceirizados falecidos ou sem contato em razão do rompimento da barragem e dos estagiários e aprendizes, plano médico e atendimento psicológico, em regime de credenciamento, no Estado de Minas Gerais, sem mensalidade e/ou co-participação. A empresa também deverá prestar o mesmo atendimento aos trabalhadores que sobreviveram à tragédia, sejam eles empregados próprios, terceirizados, estagiários, autônomos que estavam na planta da Vale S.A no momento da tragédia.

Auxílio-creche: deverá ser pago no valor R\$ 920,00 por dependente de trabalhador falecido, próprio ou terceirizado, até os 3 anos de idade.

Auxílio-educação: deverá ser pago no valor de R\$ 998,00 por dependente de trabalhador falecido, próprio ou terceirizado, até 18 de idade.



Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT): A Vale S.A deverá, no prazo de 10 dias, iniciar a comprovação dos exames médicos e das comunicações de acidente de trabalho relativas aos trabalhadores que sobreviveram ao desastre, sob pena de multa diária de R\$10 mil. ☒

Fontes:

Fundação Estadual do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais

Senado Notícias

Relatório de Segurança de Barragens de 2017, da Agência Nacional de Águas

Vocação de salvar vidas

Imagens captadas pelos próprios fotógrafos do Corpo de Bombeiros durante o resgate de Brumadinho mostram a dedicação dos profissionais de Minas Gerais na busca das vítimas do descalso





Liberdade pede socorro

Para fechar o portão de embarque do tráfico de pessoas e do trabalho escravo

POR CAROLINA VILLAÇA E RAFAEL ALMEIDA

[f @mptcampinas](#) [t @mpt15](#) [i @mptcampinas](#)

"Preciso de ajuda", era o pedido de socorro que estava escrito no bilhete deixado no banheiro do avião da Alaska Airlines, num voo entre Seattle e San Francisco, em 2011. Foi assim

que a comissária de bordo Shelia Fedrick conseguiu se comunicar com uma menina entre 14 e 15 anos e impedir que ela entrasse para as estatísticas do tráfico de pessoas, nos Estados Unidos.



Ilustração: Cyano Vital

Desconfiada pela fisionomia assustada da passageira e pelo modo como o homem mais velho que a acompanhava a tratava, Shelia, de forma discreta, orientou a adolescente a ir ao banheiro, onde a menina pôde deixar aquele recado que a salvou. "Parecia que tinha vivido um inferno", disse a comissária à rede americana NBC, quando o caso veio à tona, em 2017. A comissária avisou ao piloto, que acionou as autoridades policiais, que já estavam esperando para prender o aliciador, quando o avião pousou.

Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, para fins de trabalho escravo, exploração sexual, servidão, adoção ilegal, ou remoção de órgãos, é crime sujeito

a até oito anos de reclusão e multa. Além de ser crime, se o tráfico de pessoas viola direitos trabalhistas, também provoca a atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT).

De acordo com a Revista Forbes, cerca de 60 % do crime de tráfico de pessoas é cometido por meio do transporte aéreo. Com base nessa pesquisa e inspirado na história da comissária de bordo, nasceu o projeto estratégico "Liberdade no Ar", iniciativa do Grupo de Trabalho Migração, da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conaete), do MPT.

"A prevenção de violações trabalhistas decorrentes do tráfico humano precisa ter como foco esse segmento, que lida diretamente com o transporte de passageiros.

O objetivo do projeto é disseminar conhecimento sobre tráfico de pessoas e trabalho escravo, capacitando funcionários de companhias aéreas para que possam intuir situações como essa e reforçar a rede de combate ao tráfico humano", conta a procuradora Andrea Carvalho Gondim, que com a procuradora Cristiane Sbalqueiro, é responsável pela iniciativa.

Em parceria com a Polícia Federal e a Unicamp, o piloto do projeto teve início no aeroporto de Viracopos, em Campinas, por meio da coordenadora nacional da Conaete, do MPT, procuradora Catarina von Zuben. A primeira reunião aconteceu dia 27 de maio de 2019, no auditório da torre de controle do aeroporto, com palestra sobre o assunto voltada aos profissionais que atuam no local.

Subnotificação

De 2014 a 2018, o MPT registrou 1.260 denúncias de aliciamento e tráfico de trabalhadores, período em que foram firmados quase 334 termos de ajustamento de conduta e ajuizadas 136 ações sobre o tema, segundo dados do sistema MPT Gaia.

De acordo com o último Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas, do Ministério da Justiça, no período de 2014 a 2016, no país, o Disque 180, da Secretaria Nacional de Políticas

para Mulheres, registrou 488 vítimas de tráfico para fins de exploração sexual, enquanto a Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), do Ministério do Trabalho, resgatou 224 estrangeiros do trabalho escravo.

No entanto, relatório do Ministério da Justiça publicado no final de 2017 destaca que o fenômeno do tráfico de pessoas é historicamente subnotificado, "pois é registrado

impropriamente, fazendo com que o crime permaneça oculto, ao menos estatisticamente".

"Trata-se de uma das maiores preocupações do MPT, em especial por trazer consigo uma gama de outras violações aos direitos humanos e trabalhistas, que fazem milhares de vítimas todos os anos, sem o devido registro, já que subnotificado", conta o procurador Ulisses Dias de Carvalho, vice-coordenador nacional da Conaete.

Não é novela, nem história de Cinderela

"Aquele emprego que a Vanda me ofereceu não existia. Quando eu cheguei aqui, ela arrancou o passaporte da minha mão e me enfiou dentro de uma boate, Théó". O depoimento é de Morena, interpretada por Nanda Costa na novela *Salve Jorge*, ao revelar ao personagem de Rodrigo Lombardi, seu par romântico na história, que era vítima de tráfico de mulheres, obrigada a se prostituir, na Turquia.

A trama de Glória Perez foi ao ar em 2012, mas teve como base histórias reais que se repetem até hoje. Infelizmente, a realidade nem sempre tem o mesmo final de novela, que acabou com o reencontro de Théó e Morena e com a prisão da quadrilha que capitaneava o esquema de tráfico de pessoas.

Em agosto de 2018, o MPT, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal (MPF) deflagraram a Operação Fada Madrinha, que resgatou 13 vítimas, todas transexuais, que foram aliciadas pelas redes sociais, mediante promessas de transformação corporal, para a participação em concursos de beleza.

Como forma de pagar pelo sonho da transformação, elas realizavam programas de natureza sexual, no interior paulista, onde a quadrilha atuava, tendo como base a cidade de Franca (SP). As mais "promissoras", ou "com silhueta mais feminina", eram enviadas para a Itália com outra falsa promessa: ganhar dinheiro fácil e ser uma estrela de concursos internacionais de beleza.

Mas no momento da partida, as vítimas já contraíam dívidas enormes, tendo a obrigação de pagar aos aliciadores os custos de ida e de

estadia no país estrangeiro. Exploradas, não tinham como voltar ao Brasil e eram novamente obrigadas a se prostituírem e até a viver nas ruas da Europa.

A ação resultou no cumprimento de três mandados de prisão preventiva e oito de busca e apreensão em: Franca (SP), São Paulo, Aparecida de Goiânia, Goiânia, Jataí, Rio Verde (GO) e Leopoldina (MG). Recentemente, a 2ª Vara do Trabalho de Franca (SP) condenou os aliciadores Anderson Barbosa e Hudson Barbosa da Silva por tráfico internacional de pessoas e por manterem as trabalhadoras transexuais em regime de servidão por dívida, ao pagamento de multas e indenizações que atingem o montante de R\$ 1.755.872,65.

Deste total, R\$ 1.255.872,65 serão pagos às 13 vítimas, a título de danos morais individuais e verbas trabalhistas. Como forma de reparar os prejuízos causados à sociedade, a Justiça do Trabalho estabeleceu o valor de R\$ 500 mil pelos danos morais coletivos.

No início de 2019, uma segunda operação, denominada Cinderela, identificou esquema semelhante de exploração em Ribeirão Preto. A investigação teve início a partir da denúncia de duas vítimas que conseguiram fugir dos locais onde eram exploradas. Jovens transexuais eram trazidas de outros estados, principalmente do Norte e Nordeste, para se prostituírem em Ribeirão Preto, com a promessa de transformação do corpo, hospedagem e alimentação.

As vítimas chegavam já endividadas, em razão das passagens e despesas de viagem

adiantadas pelos investigados, e eram obrigadas a consumir drogas, exploradas sexualmente e empregadas no mercado do sexo, onde havia uma divisão territorial de atuação de cada aliciador.

Criada a condição de dependência econômica sobre as vítimas, os aliciadores davam início à transformação corporal delas, com a aplicação de silicone industrial e realização de procedimentos cirúrgicos ilegais, de modo a aumentar ainda mais a dívida das vítimas.

Aquelas que não conseguiam pagar as dívidas ou que desrespeitavam as regras da "casa" eram julgadas em um "tribunal do crime" e punidas com castigos físicos, morais e multas pecuniárias, além de terem os seus pertences subtraídos.

Longe de a história ter o desfecho do conto de fadas da gata borralheira, que batizou a operação de Cinderela, nesse caso, há registros de suicídios em virtude das pressões sofridas pelas vítimas, desaparecimentos, aplicações de castigos físicos com pedaços de madeira com pregos e homicídios, tudo decorrente da cobrança de dívidas.

A 5ª Vara Federal de Ribeirão Preto determinou a prisão preventiva de 10 pessoas e o cumprimento de 18 mandados de busca e apreensão, todos na cidade de Ribeirão Preto (SP). Os investigados responderão pelos crimes de tráfico de pessoas, redução à condição análoga à de escravo, rufianismo e organização criminosa, além de estarem sujeitos a responder a processos indenizatórios na Justiça do Trabalho.

Em vez de sapato de cristal, emprego

Além de buscar a responsabilização dos investigados na Operação Cinderela, o MPT atuará em prol da garantia dos direitos sociais das vítimas aliciadas. Para isso, segundo a procuradora Cristiane Sbalqueiro, será utilizada

uma rede de contatos com organizações, fóruns e com a própria Organização Internacional do Trabalho (OIT), para buscar alternativas de empregabilidade e reinserção social das jovens transexuais.

"Todo ser humano tem direito ao trabalho digno e a exercer qualquer espécie de trabalho numa situação de liberdade e segurança. Por isso, é preciso resgatar as vítimas e dar-lhes oportunidades", afirma Cristiane. ☒



Fotos: Ademar Filho

Diversidade põe a mesa

Capacitação busca inserção da população LGBTI+ no mercado gastronômico de Pernambuco

POR MARIANA BANJA [@mpt_pernambuco](#)

“Lutar sempre, vencer talvez, desistir jamais”. Essas palavras foram proferidas por Alexia de Oliveira Santos e Biianca Ferreira da Silva, mulheres trans, oradoras da primeira turma formada pelo projeto Diversidade na

Cozinha, do Ministério Público do Trabalho (MPT) em Pernambuco. A iniciativa, desenvolvida em parceria com a Gestos – Soropositividade, Comunicação e Gênero, formou 24 assistentes de cozinha, após dois meses de aula.

A experiência no estado manteve os objetivos centrais das ações inspiradoras, realizadas anteriormente em projetos da Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade (Coordigualdade), nas unidades do MPT em São Paulo e Goiás: fomentar a empregabilidade de uma população em vulnerabilidade social, como é a LGBTI+, através da profissionalização, ao mesmo tempo em que se está promovendo a igualdade de oportunidades e a eliminação da discriminação no trabalho. No entanto, o projeto também ganhou contornos próprios de pernambucidade, sobretudo diante da adaptação do conteúdo ensinado.

“Além de contemplar o leque de sabores locais, a ideia foi atender também as especificidades do mercado em que esses profissionais vão atuar”, disseram as procuradoras que coordenaram o projeto, Débora Tito, Gabriela Maciel, Melícia Carvalho Mesel e Vanessa Patriota. O sucesso foi tanto que já se tem a perspectiva de uma segunda edição da atividade.

A primeira turma do Diversidade na Cozinha em Pernambuco formou 24 assistentes de cozinha. Todos foram certificados em solenidade inédita na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (Alepe), com o apoio do mandato das Juntas, visto que nunca a casa legislativa havia concedido tanta visibilidade à população LGBT. O evento, ocorrido em 3 de abril, contou com a presença de autoridades, entre elas o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, familiares dos formandos, além dos parceiros da iniciativa. O momento foi marcado por alegria e descontração, assim como por falas assertivas no sentido de garantir

mais igualdade nas relações – em todas, e não somente nas de trabalho.

Projeto

A turma cursou 23 módulos, somando 162 horas-aula de capacitação. Os temas da formação incluíram os cortes clássicos, segurança alimentar e vigilância sanitária, preparo de aves, pescados, drinks e coquetéis, carnes, culinária regional, cozinha afro-brasileira, petiscaria, serviço de buffet, confeitaria, entre outros.

As classes foram ministradas por reconhecidos profissionais da gastronomia, como a nutricionista Cibele Cavalcante e os chefs Adriano Oliveira, Anna Corinna, Carmem Virgínia, César Santos, Chris Nunes, Cláudia Luna, Cláudio Manoel, Danilo Vieira, Flávia Mindêlo, Leandro Ricardo, Miau Caldas, Robson Lustosa, Vinicius Arruda, Yuri Machado, Zenaide Maria da Silva.

A maior parte dos encontros foram realizados no Instituto Shopping Center Recife, um dos parceiros do projeto. Além da entidade, o Diversidade na Cozinha contou com o apoio da Associação de Bares e Restaurantes, da Faculdade Senac e Dam Roupas.

Todo o processo de formação contou, ainda, com a consultoria gastronômica dos chefs Cláudio Manoel, Flávia Mindelo e Robson Lustosa. Os recursos utilizados em toda a iniciativa foram provenientes da reversão de multas por violação de direitos trabalhistas verificadas na atuação do MPT em Pernambuco.





Cozinha e Voz: Empregabilidade Trans

O projeto “Cozinha e Voz: Empregabilidade Trans” é desenvolvido pelo MPT em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e tem por objetivo a capacitação profissional da população LGBTI+ em situação de extrema vulnerabilidade social. São oferecidos cursos de assistente de cozinha e também há ação de encaminhar os formandos ao mercado de trabalho. A iniciativa é parte da estratégia de promover oportunidades para que todas as pessoas possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade.

Além do curso de assistente de cozinha e palestras, a iniciativa ainda oferece oficina de poesia para desenvolver a comunicação interpessoal e autoconfiança. Em São Paulo, onde foi realizado o primeiro Cozinha e Voz, a ação está em sua 4ª edição. O projeto também foi realizado no MPT em Goiás, beneficiando 33 pessoas, com encaminhamento de 60 % dos participantes para o mercado de trabalho. E, em Rondonópolis, foi oferecido o curso “Realizando Sonhos, Transformando Vidas”, de capacitação na área da estética.

O Cozinha em Voz também vem beneficiando a capacitação de jovens negros e negras. Em 2018, foi entregue uma cozinha industrial à Comunidade do Calabar, bairro carente de Salvador/BA e realizado o curso “Cozinha & Voz –Empregabilidade de Jovens”, Além do MPT e OIT, neste caso houve parceria com a Fundação José Silveira (FJS), beneficiando 26 jovens negros.



Palavras que ecoam

Por Alexia de Oliveira Santos e Bianca Ferreira da Silva
Oradoras

“Lutar sempre, vencer talvez, desistir jamais”. Não temos um discurso para vocês, temos uma história repleta de chances, começos, recomeços e inclusões. Não se trata de um filme, de um livro ou de um conto de fadas. Mas histórias de vidas, histórias vividas e contadas. Histórias de vidas recheadas de risos, gargalhadas, alegrias e lágrimas. Histórias de vidas que trazem inclusão, vitórias, respeito e superação.

Ao longo de 2 meses e meio, três vezes na semana ganhamos horas de conhecimentos e aprendizados. Fizemos amizades. Descobrimos como o simples pode se tornar belo. A frase já diz: primeiro, comemos com os olhos, os mesmos que tendem a olhar os outros e ver quanto é bom seu interior.

Estatisticamente, falando do Brasil, a comunidade LGBTI+ tem o maior índice de discriminação, o que cria um obstáculo impactante nas nossas vidas. Em relação ao todo, mas principalmente no mercado de trabalho, o preconceito e a violência acabam impedindo o avanço acadêmico, restringindo o nosso direito de cidadania plena.

Esse curso veio para mudar isso e nos mostrar oportunidades únicas. Aqui vencemos vários tipos de dificuldades para realizarmos a capacitação, mas conseguimos assim fazê-lo. Após tantos sacrifícios foi prazeroso estarmos aqui concluindo. Ver a dedicação dos nossos mestres, chefs e professores, nos mostrando as mil facetas de uma cozinha, que cozinhar é muito mais que ficarmos à beira do fogão. Cozinhar é transformar o que nos é dado com amor, que é o principal ingrediente, para que esse alimento não sacie apenas a fome, mas alimente a alma e o espírito. É gratificante ver o prazer de alguém saborear algo feito por mãos que nunca sonharam em algo assim.

Poder compor receitas e menus é uma grande oportunidade de demonstrar um pouco de nossa sensibilidade e também expressar a necessidade cultural através dos pratos



maravilhosos que muitas vezes pensamos que eram coisas sofisticadas e inacessíveis. É descobrir novos sabores e ingredientes, executar boas ideias, trabalhar em equipe, fazer novas amizades, ter parceiros, se dedicar ao que nos foi ensinado. É levar a cozinha muito além das emoções, é interpretar o mundo dos sabores, partindo da complexidade das sensações que o alimento nos transporta ao mundo da arte.

Evoluímos ao testar nossa paciência ao esperar o tempo necessário de um cozimento, treinamos nossa comunicação ao ouvirmos a receita dita. Repetimos a nossa fala ao passarmos a lista dos ingredientes. Finalizamos no mise en place e começamos a confeccionar

os pratos. Levaremos essas atitudes para o nosso dia a dia, para nossas vidas.

Hoje ao finalizarmos o nosso curso, não terminamos o nosso aprendizado, pois cozinhar é dedicação diária com erros e acertos e até alguns acidentes no percurso. Sendo assim, é possível que amanhã ou depois tomemos outros caminhos, mas o aprendizado aqui adquirido será levado sempre em nossas vidas.

Como esquecer que as coisas simples que temos em nossas casas podem se tornar pratos dignos de uma cozinha parisiense? Basta ter uma nova perspectiva sobre as coisas, basta ter um novo olhar no alimento e transformá-lo. Basta ter um novo incentivo na vida, basta as pessoas terem um novo olhar da comunidade LGBTI+, assim como vemos os alimentos o tempo todo mudarem. A sociedade preconceituosa pode se transformar em respeitosa. Assim como aprendemos a não desperdiçar alimentos, não iremos desperdiçar as chances que nos serão dadas através de vocês: empresários do ramo de bares e restaurantes.

O aprendizado de tudo isso ficará para sempre em nossos corações. Se cozinhar é um ato de amor, amaremos ao próximo, assim como ele é.

Obrigada primeiramente a Deus e depois a todos aqueles que nos deram esta oportunidade. Obrigada àqueles que dedicaram horas e horas de seus dias a nos ensinar e a todos aqui presentes. Agradecimentos especiais: ao MPT e à Gestos, que abraçaram o Diversidade na Cozinha. Em especial, a Juliana (César), Flávia (Mindelo) e a dois chefs maravilhosos que estiveram conosco desde o início: Adriano (Oliveira) e Karen (Reis) Amamos todos vocês. Gratidão eterna! ☺



Esperança para quilombolas

Projeto Ubuntu traz emancipação econômica e social para 19 famílias da comunidade do Grotão, em Filadélfia (TO).

POR MESSIAS CARVALHO

 @mptdfto

 @mptdfto

 @mptdfto

Iniciativa é fruto de destinação social do Ministério Público do Trabalho em parceria com a Organização Internacional

do Trabalho (OIT), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Tocantins (SENAR/TO).



Todas as manhãs, por volta das seis horas, os homens que residem no Quilombo do Grotão reúnem suas ferramentas e seguem para as atividades na horta, estufa de germinação e casa de adubo. Desde a chegada do Projeto Ubuntu na comunidade, novas rotinas foram incorporadas. O acesso ao conhecimento sobre o plantio e a colheita passou a fazer parte do cotidiano de quem vivia sob contexto de escassez e incertezas sobre o futuro. “Nós vivíamos numa condição muito carente. Agora, nossa vida melhorou muito, tanto na condição financeira como no acesso ao trabalho”, destaca Raimundo Cantuário Camelo dos Reis.

Nascido e criado no Quilombo, Raimundo dos Reis, filho do seu Cerino – patriarca do Grotão –, tem cinco filhos e é casado com a líder da comunidade, Maria Aparecida Gomes Rodrigues. Juntos, eles formam uma das 19 famílias beneficiadas pelo Ubuntu, Projeto que garante formação técnica e profissional para a produção de horticultura, avicultura de corte e de postura, piscicultura e mandiocultura para a fabricação de farinha, além da inserção dos alimentos produzidos pela comunidade no mercado local. “A experiência está sendo muito boa. Já temos várias plantações iniciadas. E vamos plantar mais. Agradeço a Deus por ter trazido esse projeto para nossa comunidade”, comemora o quilombola.

Antes do projeto, os quilombolas do Grotão tinham como principal oportunidade laboral as diárias da capina nas propriedades rurais circunvizinhas. Trabalhavam das sete da manhã até às dezessete para receber R\$ 50. A renda média das famílias era de R\$ 300. Trabalho pesado, com jornada estendida, sem acesso aos equipamentos de proteção individual e às ferramentas adequadas. “Trabalhávamos duas, três vezes no mês, fora do Quilombo, por uma ‘diarinha miada’ de cinquenta conto. A vida era uma dificuldade só. Agora ficou bom demais! Trabalhamos para nós mesmos”, revela, com alegria, Márcio de Oliveira Reis, 33 anos, pai de dois filhos.



Ubuntu

A união na comunidade inspirou o nome do projeto. De origem africana, a filosofia Ubuntu está presente na cultura de grupos da África Subsaariana, cujo significado se refere à capacidade humana de compreender, aceitar e tratar bem o outro. Ideia semelhante à do amor ao próximo. “Capinamos, plantamos e colhemos no grupo. Graças a Deus, nós somos um povo muito unido. Somos todos família. Aqui não existe negócio de: ‘isso aqui é meu, isso aqui é seu’. A responsabilidade é de todos e todos ganham com o trabalho”, enfatiza Raimundo dos Reis.

A procuradora do MPT Cecília Amália Cunha Santos, coordenadora do Projeto, explica que a iniciativa busca o desenvolvimento de aptidões empreendedoras, a capacitação técnica das famílias, a geração de renda a partir do uso sustentável da área rural, e a disponibilização de maior variedade de alimentos para o consumo dos próprios moradores. Durante os primeiros 11 meses, cada família recebe bolsa de R\$ 500 mensais. Após o término dos cursos, os quilombolas terão acesso a certificados de conclusão. O projeto tem duração total de dois anos.

Os recursos são garantidos por destinação social dos procuradores do Ministério Público do Trabalho em Araguaína (TO), em acordo judicial firmado na Ação Civil Pública ajuizada na Justiça trabalhista. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Tocantins (SENAR/TO) são parceiros do MPT no Ubuntu.

De acordo com a procuradora Cecília Santos, a vulnerabilidade social da comunidade é acentuada por sua fragilidade econômica, de modo que a pouca produção realizada

no local se limitava ao atendimento parcial da deficitária alimentação das famílias ali residentes. “Para auferir minimamente a renda, parte da comunidade era submetida às relações de trabalho precárias. Por essa razão, a qualificação técnica e a mobilização de meios para produção de maior diversidade e quantidade de gêneros alimentícios para disponibilização no mercado de consumo local, possibilita o alcance de uma maior rentabilidade à comunidade, seja mediante o empreendedorismo cooperativo ou por meio da alocação de trabalhadores no mercado formal, além de auxiliar no fortalecimento da identidade e da imagem das famílias componentes da comunidade quilombola no seio social”, explica.

Ela também destaca a produção agroecológica – agricultura sustentável que agrega conhecimento científico e conhecimento tradicional – como diferencial para os alimentos produzidos na comunidade. “A terra do Grotão é fértil e muito boa. A produção dos alimentos não recebe agrotóxicos, preservando a saúde das pessoas que estão plantando e dos consumidores dos produtos do Quilombo”, completa a procuradora.

O Frei Xavier Jean Marie Plassat, coordenador da Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo da Comissão Pastoral da Terra, considera a sustentabilidade do Projeto um ponto forte. “O respeito às tradições, aos costumes, ao estilo de vida e de cultura, além de princípios de sustentabilidade e de reciclagem. Eles estão dando à terra uma destinação social, econômica, política e produtiva, possibilitando o bem-estar do grupo, da sociedade e da região”, avalia.



Origem dos quilombolas do Grotão

A comunidade teve origem em 1866, com o ajuntamento de turmas de negros escravizados fugidos de engenhos. "As duas turmas de escravizados se encontraram, então, na região da Barraria, que abarca hoje o município de Filadélfia, em Tocantins. Uma dessas turmas foi liderada pela escravizada Lunarda, que estava grávida. Eles chegaram ao território em 1866. A data é precisamente lembrada pelos quilombolas por ter sido o ano em que nasceu Emídia, filha de Lunarda", registra a pesquisadora e antropóloga Sandra Martins Farias.

De acordo com Sandra Farias, "as terras de quilombos são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988".

O Grotão recebeu o certificado de autorreconhecimento como comunidade

remanescente de quilombos em dezembro de 2008, emitido pela Fundação Cultural Palmares. Entre 2009 e 2010, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária realizou estudos para delimitação do território quilombola.

Em dezembro de 2013, foi publicado decreto pelo governo federal, assinado pela então presidente da República, Dilma Rousseff. O decreto declarou os imóveis rurais abrangidos pelo território Quilombola Grotão (localizado no município de Filadélfia), de interesse social, para fins de desapropriação. O documento reconhece a área de 2.096 hectares como território tradicional da comunidade.

O decreto também assegura à comunidade quilombola a preservação de seus valores históricos e culturais, os direitos previstos em lei ao superficiário e a salubridade, segurança e integridade física, nos termos da lei.



"Cidadania, trabalho e tradições da comunidade"

No primeiro mês de projeto, foi realizada a instalação de poço artesiano, a construção de caixa d'água de vinte mil litros, a limpeza e gradagem do terreno, a plantação de dois tipos de alface, couve, quiabo, jiló e pimenta, a estruturação do canteiro de coentro, cebolinha e rúcula, a construção da casa de germinação,

a demarcação do galinheiro, além de a ministração de cursos de formação profissional pelo SENAR/TO.

O engenheiro agrônomo José Carlos Senhorini, coordenador de Programas Especiais do SENAR/TO, fala com entusiasmo sobre a

execução do projeto. Ele explica que, quando começar a fase da colheita, será possível atender a demanda dos municípios mais próximos. "O que o mercado precisar, nós temos condições de implementar. Podemos entregar dois, três mil pés de alface por semana, se for necessário", garante. ☒

Unidos da inclusão

Quando os direitos das pessoas com deficiência ganham a avenida

Por TACIANA GUIMARÃES*

[f @mprtrj.official](#) [t @mprtrjoficial](#)

Todos os dias nos deparamos com diversas injustiças na sociedade. A falta de acessibilidade para pessoas com deficiência é

uma delas. Quem nunca presenciou um cadeirante tentando se deslocar pela cidade ou o esforço de um deficiente auditivo para

se comunicar? Algumas pessoas se acostumam com essas situações. Outras, fazem das dificuldades um caminho para ação.



Esse foi o caso de Bianca Tavares e Fellipe Rangel. Moradores da cidade do Rio de Janeiro, ambos tinham uma inquietação constante diante das barreiras existentes contra a pessoa com deficiência. E em busca de conhecimento para enfrentar esse mal, participaram do projeto “Agentes de Promoção da Acessibilidade”.

O projeto é uma iniciativa da Escola de Gente em parceria com o Ministério Público do Trabalho. Capacita jovens, com e sem deficiência, para atuarem como promotores de práticas inclusivas em suas comunidades. O curso oferece aulas de Libras, audiodescrição, legislação inclusiva, cultura acessível, educação inclusiva, entre outras.

Bianca, de 21 anos, convivia com muitas pessoas com deficiência em seu bairro, Bangu, Zona Oeste da cidade. “Na minha comunidade existem muitas pessoas com deficiência, principalmente surdos. Ver os seus direitos violados quase que diariamente e não ter o conhecimento para agir em cima disso me motivou a querer aprender”.

Para Fellipe, a motivação para fazer o curso veio também de sua experiência pessoal. O rapaz, de 29 anos, morador de Del Castilho, é surdo oralizado e sempre sentiu na pele o preconceito

e a discriminação. Ele diz que entrou no projeto para ter o conhecimento necessário para combater o preconceito contra ele e contra todas as pessoas com deficiência.

Fellipe nasceu com icterícia, recebeu tratamento, mas teve uma seqüela em seu sistema auditivo. Desenvolveu a fala, mas com grande dificuldade. Decidiu aprender Libras para se comunicar melhor com as pessoas, principalmente com não ouvintes. Para ele a disciplina que mais agregou na sua formação foi a Língua Brasileira de Sinais e colocar em prática esse conhecimento é a maior retribuição que pode receber.

“Particpei de uma entrevista de emprego junto com um deficiente auditivo. A companhia não tinha acessibilidade e o participante surdo não tinha como se comunicar sem alguém para traduzir a fala para língua de sinais. É uma severa violação do direito de comunicar e ser comunicado. Eu lembrei a empresa que oferecer acessibilidade era um requerimento estabelecido por lei e me ofereci como um tradutor entre o candidato e o entrevistador”, lembra com orgulho.

No curso eles aprenderam a identificar quando o direito à comunicação de uma pessoa com deficiência é violado. Saber

agir diante dos modos mais sutis de discriminação é um aprendizado que vai além do profissional. “Uma vez no ônibus o motorista precisava passar informações para um casal surdo, mas não tinha como se comunicar. Acabei agindo como intermediadora. Situações como esta são comuns e é graças a esta formação que consigo intervir”, conta Bianca.

Por meio do curso, os jovens também tiveram oportunidade de participar do 2º Encontro Nacional de Juventude pela Acessibilidade - JUVA, em 2015. Durante quatro dias jovens de todo país estiveram reunidos em Brasília para compartilhar saberes e refletir sobre o papel de cada cidadão na promoção de uma sociedade que investe na inclusão. “Foi excelente conhecer pessoas de todo o Brasil vivendo diversas realidades e melhor ainda foi ver que existem outras pessoas dedicadas à luta pela inclusão”, destaca Fellipe.

Em dois anos mais de 200 jovens, com e sem deficiência, de áreas de baixa renda se formaram no curso. Capacitados para interagir com a sociedade em defesa dos direitos da pessoa com deficiência, se tornaram verdadeiros Agentes de Promoção da Acessibilidade.



Parceria institucional e técnica

O Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro (MPT-RJ) atuou no projeto com o apoio técnico e institucional. Além da destinação de mais R\$ 459 mil, resultantes de acordo judicial firmado em ação civil pública ajuizada pelo MPT-RJ, procuradores do Trabalho ministraram aulas que abordaram a caracterização da discriminação nas relações de trabalho, formas e momentos de sua ocorrência, para capacitar os alunos a identificar estas situações e saber como agir caso elas aconteçam.

“Nós fomos às comunidades para transmitir nossos conhecimentos jurídicos sobre discriminação e recebemos de volta uma lição viva dos preconceitos sofridos pelos jovens das comunidades, em especial aqueles com deficiência. Foi um aprendizado imenso para nós”, destacou a procuradora do MPT-RJ, Lisiane Chaves Motta.

Para ela o envolvimento do Ministério Público em projetos sociais é de grande importância. “Um Ministério Público que tenha um contato maior com as instituições da sociedade civil é um incremento sem igual na nossa atuação ministerial. A defesa da ordem jurídica democrática está na origem da necessidade de abriremos, cada vez mais, o Ministério Público para aprendermos com a experiência e a realidade dos cidadãos”.

Claudia Werneck, jornalista e fundadora da Escola de Gente, diz que o apoio do MPT foi fundamental para o sucesso do projeto. “Nosso principal parceiro no Agentes de Promoção da Acessibilidade foi o MPT. Isso gerou um desdobramento importante, que foi sair da aliança institucional para sala de aula, de modo que esse projeto se tornou nosso. Permitiu o avanço do projeto. Isso mostra como funciona uma aliança intersetorial, inspirada numa filosofia e prática inclusiva.”

Premiação

O projeto “Agentes de Promoção da Acessibilidade” foi premiado como um dos mais inovadores do mundo na categoria “participação política”, na Zero Project Conference de 2019, o mais importante evento internacional na área de acessibilidade e inclusão, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e a Fundação Essl.

A iniciativa também foi selecionada para o programa Impact Transfer, realizado em parceria com a maior rede de empreendedores sociais do planeta, a Ashoka Áustria. Considerado como um dos dez projetos com mais chance de replicabilidade no mundo, será elaborado um plano para que o Agentes de Promoção da Acessibilidade seja reproduzido em qualquer comunidade do planeta. ☒

*Estagiária de jornalismo

O jeitinho brasileiro no futebol

Clubes aproveitam brechas na legislação para mascarar direitos trabalhistas de atletas profissionais

POR JOÃO EBLING

[@mptdfto](#)
[@mptdfto](#)
[@mptdfto](#)

O direito de imagem é constitucional e está consagrado no artigo 5º da Constituição Federal de 1988. É, portanto, regido pelas normas de Direito Civil. Na teoria, não se confunde com as regras do direito trabalhista e sobre seus valores

não incidem verbas decorrentes do contrato de trabalho, como 13º salário, férias ou FGTS. No futebol brasileiro, no entanto, clubes estão se aproveitando de brechas na legislação para mascarar direitos trabalhistas de atletas profissionais.





Os atletas profissionais criam empresas para recebimento dos valores a título de "direito de imagem". A conduta é conhecida como pejetização e tem, na maioria das vezes, o objetivo de camuflar as relações de trabalho.

Em outros campos profissionais, as empresas que utilizam do instrumento de Pessoa Jurídica (PJ) para pagar um funcionário regular, tentam "esconder" o vínculo empregatício existente.

No futebol, os clubes agem às claras, na certeza de que não serão cobrados pela fraude cometida. Suas demonstrações financeiras incluem o título "direito de imagem" junto às despesas de natureza salarial, sendo classificadas, em grande parte das agremiações, como Despesa de Pessoal.

A confusão entre o que compõe a folha de pagamento e o que é classificado como direito de imagem é tamanha

que a Lei nº 13.155/15 - que cria o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut) -, preferiu unir as despesas e exigir dos clubes, como condição indispensável para participar do Programa, a "demonstração de que os custos com folha de pagamento e direitos de imagem de atletas profissionais de futebol não superam 80% (oitenta por cento) da receita bruta anual das atividades do futebol profissional".

Demonstração financeira do Clube de Regatas Flamengo

Clube de Regatas do Flamengo		
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)		
	31/12/2018	31/12/2017
21 Salários, encargos e benefícios com funcionários		
Salários	124.056	122.351
Direito de imagem	38.733	30.564
Provisão de férias	16.364	14.823
Provisão 13º salário	12.767	11.968
Prêmios e gratificações	10.007	11.964
Verbas rescisórias	7.559	745
Ajuda de custo	3.815	1.990
Assistência médica	1.545	1.378
Vale transporte	903	805
Seguros	220	323
(-) Gasto formação de atleta	(13.063)	(9.162)
Outros	3.032	617
	205.738	188.367
Tributos incidentes		
INSS	7.680	6.227
FGTS	14.411	11.887
PIS	1.565	1.598
	23.656	19.712
	229.394	208.079

Demonstrações financeiras dos principais clubes (2017/2018)

Clube	Salários	Direito de imagem
Flamengo	R\$ 124 mi	R\$ 38,7 mi
Fluminense	R\$ 68,5 mi	R\$ 16,5 mi
Botafogo	R\$ 38,8 mi	R\$ 12,6 mi
Vasco	R\$ 43,6 mi	R\$ 6,2 mi
São Paulo	R\$ 106,6 mi	R\$ 35 mi
Santos	R\$ 94 mi	R\$ 24,8 mi
Corinthians	R\$ 204 mi*	
Palmeiras	R\$ 138,6 mi	R\$ 93,9 mi
Grêmio	R\$ 95,5 mi	R\$ 12,3 mi
Internacional	R\$ 117 mi	R\$ 35 mi
Cruzeiro	R\$ 148 mi*	
Atlético-MG	R\$ 127 mi*	

* As demonstrações financeiras de Corinthians, Cruzeiro e Atlético-MG englobam o direito de imagem dentro da rubrica "despesas com pessoal".

A Lei nº 9.615/98 (Lei Pelé), que institui normas gerais sobre desporto, também aborda o tema, e deixa ainda mais confusa a relação entre as rubricas, ora unindo salário e direito de imagem, ora separando.

Em seu artigo 31, o legislador prevê que: "A entidade de prática desportiva empregadora que estiver com pagamento de salário ou de contrato de direito de imagem de atleta profissional em atraso, no todo ou em parte, por período igual ou superior a três meses, terá o contrato especial de trabalho desportivo daquele atleta rescindido, ficando o atleta livre para transferir-se para qualquer outra entidade de prática desportiva de mesma modalidade, nacional ou internacional, e exigir a cláusula compensatória desportiva e os haveres devidos."

O artigo 87-A, entretanto, contradiz o texto do artigo 31: "O direito ao uso de imagem do

atleta pode ser por ele cedido ou explorado, mediante ajuste contratual de natureza civil e com fixação de direitos, deveres e condições inconfundíveis com o contrato especial de trabalho desportivo".

Em 2015, tentando pacificar o assunto, a Lei nº 13.155 de 2015, incluiu parágrafo único ao artigo 87-A, da Lei Pelé. A redação prevê a limitação de que o valor correspondente ao uso da imagem não poderá ultrapassar 40% da remuneração total paga ao atleta.

A indefinição sobre qual Justiça teria competência para analisar casos de "direito de imagem" resulta em duas demandas judiciais de natureza diversa: 1) O atraso do pagamento de direito de imagem gera a possibilidade da rescisão contratual pela Justiça Trabalhista e 2) O caráter salarial do direito de imagem ora negado, ora confirmado, causa divergências na própria Justiça.



Ações iguais, resultados diferentes

O atleta Luís Francisco Grando, conhecido como Chico, atuou por cinco anos no Clube Atlético Paranaense. Em ação movida contra a instituição, alegou que o Atlético o remunerava por meio de pessoa jurídica, para mascarar o salário. Chegou a receber R\$ 10 mil mensais, a título de direito de imagem.

Apesar da vitória em primeira e segunda instâncias, o jogador viu a decisão ser revertida no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Segundo o ministro relator João Oreste Dalazen, "os valores percebidos a tal título, em princípio, não se confundem com a contraprestação pecuniária devida ao atleta profissional, na condição de empregado, e não constituem salário".

O ex-atleta do Grêmio Futebol Porto Alegre Michel Nunes teve 'sorte' diversa. A primeira e a segunda instância consideraram que o valor recebido a título de "direito de imagem" não possuía natureza salarial.

No entanto, em recurso ao TST, o jogador explicou que foi contratado com a promessa de salário mensal de R\$ 8 mil, mas, após a contratação, o clube comunicou que Michel deveria abrir uma empresa e que o salário seria pago da seguinte forma: R\$ 4 mil pelo contrato de trabalho e R\$ 4 mil pela licença de imagem.

Para o ministro relator do processo, Vieira de Mello Filho, "a renda auferida pelo atleta profissional de futebol pelo uso de sua imagem por parte do clube que o emprega não se afigura passível de ser excluída. Isso porque constitui uma das formas de remunerar o jogador pela participação nos eventos desportivos disputados pela referida entidade, decorrendo, pois, do trabalho desenvolvido pelo empregado".

A decisão reconheceu a natureza salarial do direito de imagem e determinou a integração do valor ao contrato de trabalho, para todos os fins trabalhistas.

Direito de imagem sem veiculação de imagem?

Alan Maciel Francisquini foi jogador do Brasiense Futebol Clube S/C/ Ltda. e também conquistou, na Justiça do Trabalho, o direito de incorporar o valor pago sob a rubrica "direito de imagem".

Ele comprovou que recebia R\$ 8 mil do time da capital federal, sendo que apenas R\$ 1 mil era registrado como salário.

Além da falta de razoabilidade entre os valores pagos, o juiz Raul Gualberto Fernandes Kasper de Amorim, que julgou o processo em primeira instância, entendeu que se tratava de "flagrante desvirtuamento dos preceitos trabalhistas, na tentativa

de mascarar a natureza jurídica salarial da parcela".

O magistrado destacou que "o reclamado não provou, sequer alegou, que utilizou a imagem do atleta durante o período do vínculo de emprego".

O processo, em segunda instância, seguiu o mesmo rumo e a condenação do clube foi confirmada.

O desembargador relator Ricardo Alencar Machado pontuou que "o uso da imagem está atrelada à realidade de cada atleta" e, portanto, não poderia estar vinculada a uma quantia previamente estabelecida e paga mensalmente pelo clube.

Receber Direito de Imagem por PJ é legal, segundo CARF

Em janeiro deste ano, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais anulou a atuação fiscal contra o jogador Fred (atualmente atleta do Cruzeiro), após o jogador ter sido alvo do Fisco, por incorreções em seu Imposto de Renda nos anos de 2010, 2011 e 2012.

Fred, na época atuando pelo Fluminense, tinha três fontes de renda: salário, via folha de pagamento; direitos de imagem, via empresa R. Chaves Empreendimentos Futebolísticos Ltda, pagos pelo Fluminense e direitos de imagem, recebidos pela mesma empresa e pagos pela Unimed, patrocinadora oficial do clube.

O jogador declarou ao “Leão”, apenas os valores recebidos via folha de pagamento.

Segundo o MPT, não!

O procurador Carlos Eduardo Carvalho Brisolla, do Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal (MPT-DF), é especialista no combate à fraude trabalhista, conhecida como pejetização, e possui diversas ações judiciais movidas contra empresas que se valem da prática para sonegar direitos trabalhistas.

Ele explica que não é ilegal o atleta de futebol abrir uma empresa. Todavia, a irregularidade ocorre quando esta empresa só existe para maquiagem a relação pessoal do clube com o atleta.

Para o procurador, o que ocorre na prática é que os clubes utilizam “o direito de imagem para

Em um primeiro momento, a Receita Federal entendeu que houve omissão e que deveriam tributar os direitos de imagem como parte do salário.

O relator do Recurso no Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), Alexandre Evaristo Pinto, votou pela nulidade da decisão e afirmou que o acórdão deveria se limitar a discutir a possibilidade do pagamento de direito de imagem, via PJ.

E para ele, “a Lei nº 11.196/05 está alinhada com a possibilidade de prestação de serviço personalíssimo por PJ, demonstrando que não há problemas que o direito de imagem do jogador de futebol seja recebido na pessoa jurídica.”

mascarar a natureza salarial e trabalhista dessa parcela, subtraindo os valores a título de 13º, férias, FGTS”.

Ele afirma que nos casos em que o valor do direito de imagem é desproporcional ao salário recebido, fica “claramente indicada a fraude à legislação trabalhista e a Justiça deve ser acionada”.

O atleta que se sentir prejudicado tem a possibilidade de acionar a Justiça Trabalhista em busca de seus direitos. Além disso, pode denunciar a questão ao MPT, para que este atue de forma coletiva no combate à irregularidade.

Bate-Bola com Mário Henrique Gomes

Ex-jogador do Brasiense, atualmente no Gama



Foto: Arquivo pessoal de Mário Henrique Gomes

Quanto incidia como direito de imagem no seu contrato com o Brasiense?

No meu caso, a porcentagem era de 500% sobre o salário registrado na carteira.

Como era descrito no contracheque?

Não vinha descrito ‘direito de imagem’, apenas o salário normal.

Foi necessário receber por meio de empresa (PJ)?

Não. Eu mesmo recebia o valor do direito de imagem diretamente.

Já ocorreu atraso apenas do direito de imagem?

Nunca recebi atrasado e ambos eram pagos na mesma data.

Quantos jogos foram televisionados no período em que trabalhou para o clube?

Apenas os dois jogos da final.

Pagamento por fora

Na Paraíba, o MPT processou o Treze Futebol Clube, após constatar que o time não contabilizava a maior parte do salário de seus atletas. Segundo apurado pelo MPT, o clube lançava na carteira de trabalho a quantia de R\$ 1 mil, pagando por fora a diferença do salário acertado com o jogador.

O clube alegou que o pagamento não entrava na folha por se tratar de “direito de imagem”, de natureza civil, o que isentaria o clube da declaração no contrato de trabalho e não refletiria no pagamento das demais verbas.

A juíza Maria Iris Bezerra, responsável pelo julgamento do processo, não concordou com a tese apresentada pelo time e condenou o Treze ao reconhecimento da natureza salarial dos valores devidos aos atletas.

Para a magistrada, “a prática é ilegal, inadmissível e injustificável”. Todas as testemunhas foram uníssonas ao relatar que recebiam valores bem acima daqueles anotados na carteira de trabalho.

“Além de se tratar de valor irrazoável em relação ao salário formal, é certo que o reclamante não possui notoriedade pública e não houve qualquer demonstração que sua imagem era explorada”, conclui a juíza.

O procurador do MPT Raulino Maracajá Coutinho Filho, autor da ação, lamenta a prática e pontua que “ao sonegar os recolhimentos e pagar a menos as parcelas trabalhistas, o clube leva ‘vantagem’ desleal sobre seus concorrentes”. ☒

Como definir o que deve ser pago como salário e/ou direito de imagem?

São três requisitos necessários à cessão de imagem do atleta:

1. O jogador deve ter notoriedade pública;
2. O clube deve explorar, economicamente, esta notoriedade;
3. O valor do contrato de direito de imagem deve ser condizente com o retorno econômico produzido pela exploração da imagem e limitado a 40% de sua remuneração total.



Por empregos e salários na Saúde

Mediação evita atrasos salariais de profissionais que atuam em hospitais de Alagoas

POR RAFAEL MAIA

[f @mptalagoas](#)
[@mptalagoas](#)

Todos os meses, hospitais atendem a milhares de usuários que necessitam de atendimento médico. Na linha de frente, recepcionistas, maqueiros, enfermeiros, médicos e outros profissionais da saúde se dedicam cotidianamente ao trabalho e esperam receber, adequadamente, pela sua atividade laboral. Mas, e quando esses profissionais correm o risco de ter seus salários atrasados, de não receber o pagamento do Fundo de Garantia ou até, em uma situação mais grave, perder o emprego?

Em Alagoas, onde unidades hospitalares de Maceió e do interior vinham enfrentando dificuldades de fechar a folha de pagamento de trabalhadores e fornecedores, e de dar continuidade à prestação dos serviços à população, isso aconteceu, e o problema só foi amenizado após mediação do Ministério Público do Trabalho. O MPT conseguiu que a secretaria

Estadual de Saúde (Sesau) começasse a liquidar a dívida trabalhista milionária.

O motivo da crise? Um débito inicial de cerca de R\$ 30 milhões em repasses financeiros da Secretaria Estadual de Saúde (Sesau), referente a atendimentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e também outra dívida, de aproximadamente R\$ 20 milhões, do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores de Alagoas, o Ipaseal, que deveria repassar aos hospitais, em tempo hábil, os gastos com o atendimento aos beneficiários do plano.

Desde setembro de 2016, após uma ameaça de demissão em massa em uma unidade hospitalar da capital, por despesas com programas de atendimento hospitalar e dificuldades de manter a folha em dia, o MPT atua para encontrar a melhor solução para regularizar a transferência dos recursos. No início, o estado chegou a atrasar quatro a cinco meses de repasses financeiros.

Após diversas audiências e discussões com participação do MPT, sindicatos de trabalhadores, representantes dos hospitais e Governo, a Sesau começou a liquidar a dívida. Entre as medidas adotadas para evitar atrasos no pagamento, a Sesau se comprometeu a repassar, até o 5º dia útil de cada mês, os recursos financeiros referentes a toda produção nos hospitais. Em 2018, aconteceram novos atrasos, o que motivou nova intermediação do MPT. Uma outra gestão da secretaria se comprometeu a editar uma portaria para estabelecer critérios de pagamento do acordo anterior.

Os avanços na mediação para evitar atraso de repasses também chegaram ao Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores de Alagoas, o Ipaseal, que possuía débito de cerca de R\$ 15 milhões junto aos hospitais. O plano de saúde do Estado começou a liquidar, ainda em 2018, suas dívidas em atraso.



Solução eficiente, a curto prazo

O procurador do MPT em Alagoas Cássio Araújo encontrou na mediação com os hospitais a maneira mais rápida de evitar prejuízos aos trabalhadores e à população. Para Cássio Araújo, foi preciso buscar uma solução a curto prazo e evitar que uma possível judicialização causasse a venda dos hospitais para liquidar a dívida, o que, segundo ele, poderia ocasionar desemprego e prejuízos à prestação de outros serviços à população.

“O caminho que encontramos de buscar o Estado, o devedor original dessas instituições, por meio da mediação, foi evitar todo um impasse que, sendo judicializado, não se apresentava como a forma mais adequada. Numa judicialização, o estado poderia postergar a solução efetiva do problema”, reforçou o procurador.

As consequências do atraso de recursos aos hospitais, lembrou Cássio Araújo, faz parte de um contexto socioeconômico que não se restringe apenas ao pagamento de salários e garantia de emprego de profissionais. “A riqueza, os serviços e os produtos são feitos e produzidos pelos trabalhadores.

Então, se eles não recebem adequadamente seus direitos, direitos básicos, obviamente vão procurar outros locais para prestar seus serviços. Mesmo aqueles que estejam trabalhando, vão laborar de forma insatisfatória e, como consequência, a população não terá um serviço à altura do que buscam”, disse.

A mediação de conflitos, utilizada pelo procurador para buscar a solução dos repasses, é um exemplo de ferramenta eficiente para tratar de diversas questões e cada vez mais utilizada no MPT – antes de se buscar uma judicialização. “Procurando mostrar a necessidade, a importância de se buscar uma união, uma solução comum, estamos solucionando o problema dos trabalhadores, como também as dificuldades dos hospitais, que vão possuir recursos para pagar seus trabalhadores e outras obrigações. É um modo onde todos saem ganhando, através de uma concepção mais ampla da questão, não simplesmente de forma pontual, mas de forma abrangente, com uma visão ampla e social da situação”, concluiu Cássio Araújo.

Atrasos de pagamentos afetam ambiente laboral

As categorias que representam os trabalhadores envolvidos ressaltaram a necessidade de o estado regularizar os pagamentos, para que os trabalhadores não sejam prejudicados. O presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem de Alagoas, Mário Jorge Filho, explica que, quando contratados pelo estado para executar os serviços, alguns hospitais realizaram investimentos e contratação de mão de obra para atender à demanda. Já em instituições que mantiveram o quadro de profissionais, o aumento dos serviços acarretou uma sobrecarga de trabalho somada à falta de equipamentos de proteção individual (EPIs).

“O aumento dessa demanda causa adoecimento dos profissionais, que trabalham em enfermarias superlotadas, em um ambiente onde a contaminação do ar é enorme. Identificamos 20% a 30% de trabalhadores com pneumonia, por conta de uma superlotação, e o estado, que fez a contratualização, não realizou o repasse para adequar a unidade hospitalar para dar uma condição de tratamento, não só ao paciente, mas também laboral”, explicou. O representante da categoria destacou que a mediação do MPT vem amenizando a situação, e espera que até 80% do problema já esteja solucionado.



Categoria reconhece avanços, mas cobra pagamento em dia

Em fevereiro de 2019, a estimativa mensal de repasses da Sesau aos hospitais girava na ordem de R\$ 10 a 15 milhões - total que pode chegar a R\$ 30 milhões, se contabilizados dois meses de pagamentos atrasados -, segundo o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde do Estado, o Seesse.

Em Alagoas, cerca de 20 mil profissionais atuam em hospitais, clínicas de saúde e laboratórios, de acordo com o sindicato. O presidente Chico Lima alertou que o problema acontece porque empresas sem suporte financeiro acabam atrasando o pagamento de encargos trabalhistas, justamente por não receberem os recursos referentes aos atendimentos hospitalares.

“Quando o Estado deixa de repassar os recursos nas datas previstas, a empresa que não tem

capital de giro ou alguma reserva financeira não cumpre, em dia, o pagamento de férias, FGTS, INSS e outros encargos trabalhistas, uma situação que vem acarretando em grande prejuízo aos trabalhadores”, explicou o presidente do Seesse, Chico Lima.

O representante da categoria reconhece o avanço da Secretaria de Saúde nas negociações, mas afirma que o ideal é que os repasses sejam feitos até o final do mesmo mês da prestação dos serviços. “Se a legislação trabalhista diz que a empresa tem até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido para pagar os salários dos trabalhadores, o empregador teria cinco dias para realizar os pagamentos. Mas, se a própria Sesau se comprometeu a pagar até o 5º dia, significa dizer que as empresas atrasam salários porque não recebem em dia”, concluiu.

Estado e instituto buscam regularização

A Secretaria de Saúde do Estado estipulou que, até o final de março, deveria regularizar os pagamentos atrasados e organizar o repasse dos recursos posteriores em dia. De acordo com o secretário da Pasta, Alexandre Ayres, as unidades hospitalares que atualmente recebem recursos da Sesau só receberão os recursos para executar os programas a partir de uma apresentação do pagamento dos salários de seus empregados.

“A dificuldade de se fazer saúde pública no Brasil é imensa, mas nós precisamos usar a criatividade e, principalmente, planejamento, para que possamos assumir os compromissos com os prestadores de serviço, muito importantes na cadeia da saúde pública. Iremos assumir esses compromissos e pagar aos prestadores em dia, para que, com isso, eles possam repassar

os pagamentos para os seus funcionários”, explicou Alexandre.

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) destacou o compromisso para contribuir com o fim do impasse, e explicou que a burocracia atrapalhou todo o trâmite dos pagamentos. Segundo a PGE, a Sesau vem adotando uma postura menos burocrática para quitar os pagamentos dentro do mês da prestação do serviço ou, no máximo, em até um mês após a competência anterior.

Envolvido na busca por uma solução, também por atrasos de repasses, o Ipaseal Saúde tem buscado um diálogo com os hospitais credenciados pelo plano. O presidente do instituto de saúde, Ediberto de Omena, ressaltou que, a partir das audiências de mediação, o procedimento tem se desenrolado com muita transparência. ☒

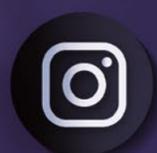
O MPT está nas Redes Sociais.



youtube.com/mptpgt



facebook.com/mpt.br



instagram.com/mptrabalho



twitter.com/mpt_pgt

#Siga-nos

#Compartilhe





**TRABALHO INFANTIL TAMBÉM SE
COMBATE COM MÚSICA.**

**A ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ
É UM EXEMPLO.**



WWW.ORQUESTRACRIANCACIDADADA.ORG.BR/DOE